



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR POLÍTICAS VOLTADAS ÀS
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 25.03.19

INÍCIO: 09h28min

PRESIDENTE: SR. ANDERSON PEREIRA

O SR. OSVALDO SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Anderson Pereira, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública com o objetivo de debater as políticas públicas voltadas para micros e pequenas empresas do Estado de Rondônia.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Bom dia a todos. Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de debater as políticas públicas voltadas para micros e pequenas empresas do Estado de Rondônia.

O SR. OSVALDO SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Convidamos, neste momento, para a composição da Mesa. Já está presente Excelentíssimo Deputado Estadual Anderson Pereira, proponente desta Audiência Pública. Na sequência, convidamos o senhor Gilberto Baptista, Superintendente da FIERO, para compor a Mesa. Na sequência, convidamos o senhor Daniel Pereira, Superintendente do SEBRAE - Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. Convidamos, neste momento, o senhor Vladimir Olini, Presidente da Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER. Convidamos também, para compor a Mesa, o senhor Marcelo Thomé da Silva Almeida, Presidente da FIERO. Na sequência, convidamos o senhor Clébio Matos, Coordenador das Micro e Pequenas Empresas da Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI. Para compor a Mesa também, convidamos À senhora Maria Regina Domingos, Vice-Presidente de Administração e Finanças, representando o Conselho Regional de Contabilidade - CRC/RO. Convidamos também o senhor Vanderlei Oriani, Presidente da Associação Comercial de Rondônia.

Neste momento, convidamos todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia (Letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Mello e Silva).

(Execução do hino Céus de Rondônia)

O SR. OSVALDO SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Senhor Presidente vamos tomar assento às cadeiras. E, aproveitando a mesma sequência, queremos registrar a presença do senhor Leilson Costa de Souza, Secretário Geral da JUCER-RO; a

senhora Marilene Justiniano, representando ATM Serviços e Peças; registramos também a presença do senhor Antônio Carlos Alencar do Nascimento, Coordenador da Receita Estadual - Sefin; registramos também a presença do senhor Amarildo Ibiapina Alvarenga; Gerente da Tributação/Sefin; senhor Eder Neves Falcão, Coordenador da Rede SIM/RO; o senhor Diego Pasquim Tolotti, representando a Presidência do Conselho Regional Administrativo - CRA; o senhor Carlos Berti, Diretor Administrativo do SEBRAE; registramos também a presença do senhor Mac Uiliam Pereira Reis, coordenador Executivo PROFAZ; senhor Samuel Silva de Almeida, Diretor Técnico - SEBRAE; senhora Silane Guedes, Gerente de Políticas Públicas do SEBRAE; senhora Ivanilda Frazão, Assessora Internacional do FIERO. Senhor Presidente.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado. Eu queria convidar à senhora Daniele Roberto, pedir a nossa assessoria para acompanhá-los até aqui. Aqui a gente tem mais espaço aqui, quem quiser descer pode ficar mais próximo da gente. Essa Assembleia distanciou a gente um pouco do público, mas, o que der para a gente se adaptar juntos, fica bom. Com certeza, juntos somos fortes.

Eu quero agradecer a presença de todos, quero agradecer o Marcelo Thomé, Presidente da FIERO; Gilberto Baptista, Superintendente da FIERO; senhor Daniel Pereira, nosso ex-governador e ex-deputado estadual também desta Casa, Diretor Superintendente SEBRAE hoje; senhor Vladmir Oliani Presidente da Junta Comercial, um amigo nosso também; Clébio Mattos, Coordenador das Micro e Pequenas Empresas, Superintendente do Desenvolvimento Econômico e Estrutura - SEDI; Maria Regina, Vice-Presidente da Administração e Finanças, representando o Conselho Regional

de Contabilidade; o senhor Vanderlei, Presidente da Associação Comercial, que se encontra presente.

Eu queria, primeiramente, dá início com a leitura. Durante a campanha eleitoral, em vários locais que estive; eu recebi muitas reclamações de empresários que, até que estão iniciando ali a sua atividade empresarial, um modelo MEI, e as dificuldades que eles encaram, de todas as ordens. Além da burocracia da legislação, às vezes, até, na maioria das vezes, a ineficiência do setor público. Eu digo, quando eu falo setor público, eu incluo aqui o Estado e também o Município, inclusive, eu cito um exemplo, um amigo meu, dono de uma clínica aqui em Porto Velho, ele para sair do aluguel construiu a sua clínica própria e, ele demorou na média de quase oito meses só para receber uma visita do fiscal da prefeitura para ele poder fazer a mudança de local. Então, são coisas assim que você fica pensando, por que acontece e por que isso não muda no Brasil. E, além da tributação, o empresário está tributado até demais e, ele não consegue crescer além do que ele pode até gerar mais empregos, devido os altos índices de tributos que a gente paga nesse País. E esta Audiência visa fomentar, fortalecer as ações do Legislativo Estadual em prol das micro e pequenas empresas para que elas sejam instrumentos para geração de emprego e renda, dinamizem as economias dos municípios no Estado de Rondônia a fim de serem menos dependentes do poder público. Com a criação da Frente Parlamentar Permanente das Pequenas Empresas e Negócios Rurais no Estado de Rondônia, Projeto de Resolução 004/19 em tramitação nesta Casa, buscaremos uma série de avanços para atualizar as legislações que regulamentam esses segmentos produtivos, bem como, influenciar o Poder Executivo nas decisões para desburocratização, cerca de 60% da massa trabalhadora brasileira hoje estão vinculadas nesse segmento empresarial que responde 98% das pessoas

jurídicas, constituída, incluindo Empresa Empreendedora Individual - MEI, atribuindo com 28% na formação do Produto Interno Bruto - PIB, do País.

O objetivo, é que os membros da Frente Parlamentar, se reúnam ao menos uma vez por mês com os Dirigentes de Entidades Patronais a fim de serem debatidas matérias que tramitam na Assembleia e também no Congresso Nacional no modo de imprimir uma ação mais próxima dos parlamentares para que acelerem seu rito e possam se transformar em Leis. As ações da Assembleia nesse sentido sofrem influência pelas ações do Congresso, com isso na qualidade de Deputado Estadual vamos tentar junto as Câmaras Municipais a criação de Frente de Vereadores, já que muitas decisões estão na gestão municipal e como compras governamentais, estímulos ao turismo, aquisição de estrutura para merenda escolar, formação de prédios públicos e etc. Mais, importante ainda é que as Prefeituras visem à população dependendo do poder público, pois a realidade de muitos municípios é que o comércio para, simplesmente, porque houve um atraso na folha de pagamento. O que define a micro e pequenas empresas? A microempresa será a sociedade empresária, a sociedade simples, empresário individual de responsabilidade limitada, e o empresário devidamente registrado nos órgãos competentes com aufera de cada ano no calendário, uma receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00. Se a receita bruta anual for superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, a sociedade será enquadrada como empresa de pequeno porte. Estes valores referem-se à receitas obtidas no mercado nacional. A empresa de pequeno porte não perderá o seu enquadramento se obter adicionais de receita de exportação, até o limite de R\$ 3.600.000,00. A Lei Geral também criou a Micro e Pequena Empresa Individual que é a pessoa que trabalha por conta própria que se legaliza como pequeno

empresário, optante pelo Simples Nacional com a receita bruta anual de R\$ 60.000,00. O Microempreendedor pode possuir um único empregado e não pode ser sócio ou titular de outra empresa.

A gente fez bem sucinto o resumo a respeito do assunto e eu gostaria aqui, a Sra. Joana Joanora, Presidente do CDL.

Eu gostaria aqui de a gente iniciar as falas a ordem de inscrição. Então, vamos iniciar as falas com o Sr. Vanderlei Oriani, Presidente da Associação Comercial, está com a palavra.

O SR. VANDERLEI ORIANI - Bom dia a todos! É um prazer muito grande e parabenizar o Deputado Anderson por essa iniciativa, até porque nós temos hoje em Rondônia a grande dificuldade, nós estávamos até conversando ali com o pessoal da Economia, o pessoal da JUCER, a questão das compras hoje on-line. Porto Velho sofre muito com isso, principalmente, o pequeno empresário que não tem condições, não tem tempo, não tem uma estrutura montada para efetuar esse tipo de venda, até porque requer tempo e o coitado do pequeno empresário, ele não tem todo esse tempo do mundo para ficar dispondo aí na frente do computador.

Essa questão veio após, eu acredito, que em 2010 com a chegada do Governo Confúcio Moura ao Governo do Estado, implantou isso aí; os pequenos empresários, eu acredito, que tem sofrido muito com isso e eu acredito que o Governo atual deva dar uma olhada com mais carinho nessas questões até para implementar a venda interna. Se nós formos aqui ao lado, no Amazonas, no Acre, eles fazem essa proteção de mercado entre eles ali, praticamente, e também sofremos aquela desconfiança porque o pessoal vai dizer: "olha, o

Governo cria também esse distanciamento". Então, há necessidade que o Governo reveja isso e com muito mais rapidez, porque o pequeno empresário, ele precisa também fornecer ao Governo do Estado e também precisa receber, não pode ficar pendente. Então essa é as nossas colocações e bom dia a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - E o importante da gente até estar iniciando essa discussão, isso aqui é uma semente que eu quero que ela germine, nosso ex-governador Daniel Pereira; e o importante da gente está dando esse início agora, o início dos trabalhos legislativo, no início, inclusive da gestão estadual, até porque já estão discutindo o Plano Plurianual, outras discussões de políticas de Estado e algumas questões a gente pode tentar incluir nessas políticas de Estado. A nossa maior preocupação hoje é que na maioria das vezes um gestor inicia uma política, quando outro assume, ele não dá continuidade e às vezes, por vaidade pessoal, não é nem pensando na população, ele encerra aquela política pública importante para o povo de Rondônia e ele dá início da forma dele. Aí zera tudo, começa tudo do zero e os resultados acabam não sendo tão eficazes. É uma preocupação que a gente tem e o que é bom, a gente tem que dar continuidade sendo de quem foi o pai, sendo quem foi o pai, nós vamos ter que dá continuidade e aprimorar e melhorar ainda mais.

Eu gostaria também de ouvir aqui a senhora Maria Regina, Vice-Presidente da Iniciação em Finanças, representando o Conselho Regional de Contabilidade.

A SRA. MARIA REGINA DOMINGOS - Bom dia. Bom dia a todos e é muito importante essa Audiência que nós estamos

tendo em respeito às micro empresas que fazem parte hoje, eu acho que a maioria das empresas de Rondônia hoje, é micro e pequena empresa. Então, parabenizar o Deputado Anderson por esse trabalho que está sendo realizado e que a gente possa contribuir, que o Conselho através dos contadores que é o que trabalha diretamente com as empresas, que entende as necessidades; eu vou falar, são muitas. É como a questão de alterações, a gente precisa muitos dos órgãos públicos, de políticas públicas que agilizem, que traga mais tranquilidade para o pequeno empresário. Porque, é como dizem, o empresário micro, ele cuida de tudo, ele cuida da empresa, ele cuida das finanças. Então, assim, se tiver uma ajuda no sentido de propiciar mais recursos, mais treinamentos, eu acho que seria muito interessante. A gente já conta com apoio fantástico do SEBRAE, da FIERO para esses pequenos empreendedores no quesito informação, educação porque hoje, ele tem que está muito antenado, como o senhor Vanderlei colocou a questão do comércio online. Então, tudo isso é muito importante para que o pequeno empresário, ele tenha esse fomento de recursos. Então, o Conselho de Contabilidade se coloca à disposição, juntamente com a classe contábil no que for preciso para a gente auxiliar os pequenos empresários e o que a gente puder trazer de colaboração, pode contar conosco, estamos à disposição.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado. Vamos ouvir também a senhora Joana, ela é Presidente do Clube dos Dirigentes Lojistas - CDL.

A SRA. JOANA JOANORA DAS NEVES - Bom dia a todos. Uma importância muito grande nesta Audiência, é de entender o

quê que é a pequena e micro empresa. Precisamos sim de Leis que nos ajudem, a Câmara de Dirigentes Lojistas hoje, nós somos movidos mais pela pequena e micro empresas e na hora que vai fazer qualquer evento ou algum empréstimo, aí a dificuldade é grande e as leis também, porque o pequeno e micro empresário, ele não tem o poder de compra, ele não tem o poder de empregar, porque as leis são iguais; tanto faz empregar 02, como empregar 1.000, todos são iguais. A Lei Trabalhista, hoje para se empregar uma pessoa, um colaborador tem sérios, inúmeros impostos. E Deputado, se as leis do nosso município, até mesmo do nosso Estado favorecer, com certeza a pequeno e micro empresa vai ficar bem fortalecida, poder empregar mais, comprar mais e até mesmo dar opiniões; porque quando falo em micro empresa, pequenas e micro empresas: "Ah! O pequeno e micro empresário, ele não tem o poder de compra, o poder de emprego, voz ativa". E nós precisamos, porque o micro empresário, ele hoje, ele é um dos maiores trabalhadores e empregadores, porque ele está ali dia e noite, noite e dia no seu trabalho, ele levanta, ele já vai pensando em empregar, em comprar, se manifestar sobre quaisquer leis que vier atrapalhar e nós estamos aí atrapalhados com muitas contas para pagar e também muitos impostos que devia essa lei, a micro empresa, ela ter uma lei diferenciada, tanto para empregar, como para pagar. Então, eu acho importantes essas manifestações, eu acho importante essa Audiência Pública para entender o quê que é micro empresa. Temos as entidades sim, hoje nós temos o maior, aí o SEBRAE, ele dá o maior suporte para a pequena e micro empresa, a Câmara de Dirigentes Lojistas, nós somos ali uma entidade de classe sem fim lucrativo, mas, está ali trabalhando, vendo e também levando as suas ideias e atrás também de melhorar as empresas, principalmente as pequenas. Um bom dia, o CDL agradece ser lembrado neste momento de um

assunto tão importante para se debater nesta Casa de Leis aqui. Isso é importante demais, porque nós somos menores, mas, somos maiores na hora de falar, na hora de dá opiniões. Então, isso é importante, obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Vamos ouvir também o senhor Clébio Matos, Coordenador das Micro e Pequenas Empresas, Superintendência Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura - SEDI.

O SR. CLÉBIO MATTOS - Bom dia a todos! É um prazer estar aqui, aqui agradecendo a oportunidade de estar representando a SEDI, Superintendente Sérgio Gonçalves. E eu estou aqui como Coordenador dessa Pasta muito importante para o nosso Estado, a Pasta da Micro e Pequena Empresa, dos meios também. O Estado está muito preocupado com essa parte do nosso mercado, do nosso comércio, porque a Micro e Pequena Empresa, representa hoje emprego, renda, não só no Estado, no País, mas, no mundo, e ela requer realmente uma importância, ela requer um pensamento, ela requer novas políticas, e aqui o Estado pensando nisso criou essa coordenação sobre às Micro e Pequenas Empresas. E estamos pensando, estamos levantando os problemas, buscando parceiros para que possam somar para melhorar a vida do nosso empresário que sabemos que é muito difícil nos dias de hoje. Também acredito que é o pensamento das nossas lideranças, inclusive, nesta Casa, que terá como parceiro com certeza o Estado de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado. O Senhor Vladmir Oliani, Presidente da Junta Comercial - JUCER.

O SR. VLADMIR OLIANI - Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson; Superintendente do SEBRAE, Senhor Ex-Governador Daniel Pereira, em seu nome saúdo todos os componentes da Mesa; Dalmir Figueiredo, em seu nome, saúdo os servidores da Casa, e todos os presentes. Falo em nome da Junta Comercial do Estado de Rondônia. Nos Estados de São Paulo e Rio, levam-se em média 100 dias para que se legalize uma empresa. Aqui no Estado de Rondônia, as empresas que não produzem impacto ambiental que são aí 90, 95% das empresas, elas são registradas e obtêm todas as suas licenças em até uma hora, nós temos casos de dez minutos, mas, até em uma hora, se não houver exigências aqui no Estado de Rondônia, as empresas são regularizadas e têm as suas licenças. Então, isso mostra que o Governo de Rondônia, não cria dificuldades, pelo contrário, o Governo de Rondônia, facilita a instalação das empresas aqui no Estado de Rondônia. E tem mais, a Junta Comercial do Estado de Rondônia, hoje é a primeira do ranking do Brasil, é a Junta Comercial que mais rápido faz o registro e concede as licenças para o empreendedor. E também Superintendente Daniel Pereira, graças ao seu dinamismo quando Governador permitiu que o Estado de Rondônia, fosse o único Estado do Brasil a ter a Junta Comercial presente em 100% dos municípios. Então, nos 52 municípios do Estado de Rondônia, a Junta Comercial está presente, está presente, até então, tinha casos de um empreendedor ter que viajar 200 quilômetros para ir, 200 para voltar para poder legalizar uma empresa. Então, quanto à questão de legalização e fornecimento de licenças, o Estado de Rondônia, é aliado do

empreendedor. O Governador Daniel Pereira dizia que..., o ouvi dizer que aquele que quer gerar emprego e pagar imposto, tem que ser buscado em casa de carro, não é Governador? Então, eu em nome da Junta, eu tenho isso a dizer, e sempre pergunto, agora a vida do empreendedor não é fácil. Eu sempre pergunto para o cidadão, ou para o pequeno empreendedor: "olha, se você amanhã ganhar na loteria um valor substancial, que negócio você monta?". Eu não vi nenhum até hoje falar, eu vou montar um negócio, eu vou gerar emprego e pagar imposto, não vi nenhum, nenhum. Então, essa é a vida do empreendedor, e se for o pequeno, você faz a pergunta para o pequeno: "se você ganhar na loteria um valor significativo?". Ele vai falar assim: "eu abandono o meu negócio!". Então, essa é a realidade do pequeno e médio, e do grande, sei lá. Mas, eu quero dizer que a Junta Comercial, faz o seu dever de casa, muito obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Parabéns. Mas, aí que vem a pergunta. Quais os motivos que eles abandonariam o negócio?

O SR. VLADMIR OLIANI - Esse excesso de burocracia.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Tributação.

O SR. VLADMIR OLIANI - O Estado, digo no poder, nos três poderes, ele é inimigo do empreendedor, faz uma pesquisa, passa de porta em porta. O Estado, ele chega ali, o Estado que eu digo é o poder público, não falo o Estado

de Rondônia, o Estado de Rondônia é aliado do empreendedor. O Estado chega para multar, para notificar, para fechar, para lacrar; o Estado não chega perguntando o que você está precisando para gerar mais empregos e pagar imposto, não. Então, o Estado de forma geral, não em Rondônia, é inimigo do empreendedor.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Isso mesmo. Vamos ouvir também o Senhor Gilberto Batista, Superintendente da FIERO. Abriu mão da fala para o Presidente? Então Presidente, o senhor está com a fala. Senhor Marcelo Thomé, Presidente da FIERO.

O SR. MARCELO THOMÉ - Bom dia a todos! Cumprimento o Deputado Anderson, pela iniciativa discutir ambiente de negócio discutir empreendedorismo sempre importante, em especial no momento que o Brasil atravessa de transformação do arcabouço jurídico, transformação das políticas públicas e da ideologia que hoje governa este País, então mais do que nunca, Deputado, é extremamente oportuna essa discussão para entendermos qual é o papel da Assembleia Legislativa neste processo, qual o papel do Estado de Rondônia no apoio aos pequenos negócios locais. Em nome do ex-governador Daniel Pereira, Superintendente do SEBRAE, cumprimento todos os componentes da Mesa e aproveito para parabenizar Vladimir Oliani pelo trabalho, pela transformação que promoveu na Junta Comercial em especial no processo de licenciamento e abertura de empresas no Estado. Parabéns Vladimir.

Deputado, em 2015 quando assumi a Federação das Indústrias, deflagrei um processo, deflagramos um processo de sensibilização do Governo do Estado e também do Tribunal

de Contas para retenção das compras públicas no Estado, em especial dos produtos que são produzidos no nosso Estado tanto pela indústria quanto pelo agronegócio. Isso é um processo lento, é um processo delicado porque envolve principalmente a construção de confiança dos entes envolvidos no processo e pudemos perceber ao longo dessa caminhada, e hoje já temos a sensibilização e, inclusive, eu convido o Deputado a talvez assumir o papel de promotor dessa iniciativa pela Assembleia, haja vista que o Tribunal de Contas já está convencido da oportunidade que reside na questão da retenção das compras públicas, não é por menos que o Conselheiro Wilber promoveu já algumas discussões, o Conselheiro Paulo Cury também participou dessas discussões e nesses momentos tivemos ali reunidos Governo do Estado através da SUPEL, Federação das Indústrias, SEBRAE, enfim, uma série de entidades que têm absoluto compromisso com o desenvolvimento econômico do nosso Estado, então reside aí uma enorme oportunidade, Deputado, para construirmos um regramento jurídico que embase o Estado, que permita e que dê segurança ao Estado na definição de uma política pública de retenção das compras em âmbito estadual, e obviamente isso estabelecido permitirá aos municípios adotarem a mesma regra.

Há uma confusão nesse processo que muitas vezes o setor privado defende que são as compras públicas por meio presencial. Não faz qualquer diferença ser presencial ou ser eletrônico, pelo contrário, fica mais barato, inclusive, para o competidor ser eletrônico, ele tem menos papéis a produzir, ele não precisa se deslocar muitas vezes ou estabelecer um procurador, o que é fundamental é um regramento que restrinja territorialmente a compra, ou seja, somente empresas de Rondônia poderão participar da licitação para uma determinada compra, isso é possível ser

feito em analogia a Lei 123, obviamente isso é permitido e hoje o entendimento do Tribunal de Contas é nesse sentido.

Bom, é importante destacar o papel dos pequenos negócios não só na economia de Rondônia como da economia nacional, não é por menos que 25% ou cerca, de 25% dos empregos formais no Brasil são gerados pelos pequenos negócios, pequenos negócios é o termo que abrange os MEI, a micro e pequenas empresas, assim como as empresas de pequeno porte. Em Rondônia temos entre 96 a 98% das empresas como pequenos negócios, isso é expressivo e realmente precisa de uma política específica para fortalecimento e desenvolvimento dessas empresas, no entanto tem um desafio enorme que é a cultura, ou melhor, a educação empreendedora atrelada à formalização dessas pessoas, em especial o Micro Empreendedor Individual. Não é por menos que cerca de 70% dos MEI em todo Brasil hoje estão inadimplentes com seus tributos, ou seja, há um esforço enorme para formalização dessas pessoas, mas, não tem uma contrapartida para educá-los, fazer com que eles entendam que no momento em que eles são formais eles precisam recolher e pagar seus tributos. O SEBRAE desenvolve um trabalho extraordinário nesse sentido, mas, ainda está sendo insuficiente para preparar adequadamente essa população que tem se formalizado no Brasil inteiro, reside aí outra oportunidade, Deputado, para que o processo de formalização e estímulo dessas pessoas abrirem suas empresas seja acompanhado de uma preparação para que ele efetivamente tenha competência para atuar como empresário. Avançar com a agenda da Lei 123, a regulamentação dessa lei nos municípios é o principal instrumento de fortalecimento das empresas locais, mais uma vez o SEBRAE tem desenvolvido um papel extraordinário no Estado de Rondônia, estamos quase com 26, 28 municípios com a lei regulamentada e esse sim é o principal instrumento de desenvolvimento dos

pequenos negócios em âmbito territorial. Essa lógica é que precisamos trazer para o Governo do Estado para que possamos expandir essa solução a fim de que, mais uma vez sem querer ser repetitivo, tenhamos uma política de retenção das compras públicas, haja vista que o Governo do Estado é o principal comprador de nosso Estado. Por fim, temos um desafio, a política neoliberal promovida ou defendida pelo Governo Federal atualmente, ataca fortemente a questão dos incentivos tributários, isso passa pela Indústria, isso passa pelo Simples, há uma compreensão de que incentivo tributário é danoso a Nação e há um desequilíbrio hoje, ou melhor, há uma tensão estabelecida entre a política do Governo Federal e a necessidade das empresas e a prática que vem sendo adotada ao longo dos anos. A política de incentivo tributário é fundamentalmente uma política de desenvolvimento regional e como tal precisa ser enxergada. É o principal mecanismo de compensação para um empresário poder recuperar parte de sua competitividade frente à falta de infraestrutura que o Brasil oferece, frente a um regime tributário esquizofrênico, que muitas vezes dependendo do setor consome 06% das receitas de uma empresa só para o cumprimento, o atendimento do pagamento dos tributos, isso é um absurdo a gente continuar convivendo com esse tipo de realidade. Então é importante que guardemos o real foco na questão do incentivo tributário como política de desenvolvimento regional. Sem que o Brasil faça uma profunda reforma tributária, que a modernização trabalhista seja completa e permita efetivamente geração de emprego e renda no Brasil, políticas de incentivo tributário são fundamentais para compensar a baixa qualidade do ambiente de negócios que o Brasil oferece. Por isso Deputado, guardar esta política no Estado de Rondônia, ou melhor, ampliá-la é fundamental para que a gente continue gerando emprego e renda no Estado de

Rondônia e promova o desenvolvimento econômico do nosso Estado. Muito obrigado Deputado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Parabéns pela fala.

Vamos ouvir também o nosso Superintendente do SEBRAE, o ex-governador do Estado de Rondônia, ex-Deputado Estadual também, Daniel Pereira.

O SR. DANIEL PEREIRA - Quero saudar o Deputado Anderson, agradecer pela iniciativa dele de promover esta discussão tão importante e em nome dele saudar o Presidente Laerte e todos os demais componentes da Assembleia Legislativa. E o nosso desejo é que o que nós vamos tratar aqui seja a missão dos 24 Deputados Estaduais. A nossa ideia é construir uma Frente Parlamentar em Defesa da Micro e da Pequena Empresa, ou, organizá-la neste momento e fazendo o mesmo nas Câmaras Municipais em todos os locais onde forem possíveis. Saudar nosso Presidente da Federação das Indústrias, o meu querido amigo Marcelo Thomé da Silva Almeida; o Gilberto Baptista, Superintendente da FIERO; o Vladmir Oliani, nosso Presidente da Junta Comercial; o senhor Clébio Mattos, coordenador da Micro e Pequena Empresa da SEDI; a senhora Maria Regina Domingos, nossa Vice-Presidente de Administração e Finanças do Conselho Regional de Contabilidade, a quem eu tive o prazer de inicialmente fazer algumas conversas; ao nosso Presidente da Associação Comercial de Rondônia, o Vanderlei Oriani; e a nossa inspiradora amiga, Joana Joanora das Neves, Presidente do Clube dos Dirigentes Lojistas. E quero saudar aqueles que se fazem presentes em nome de uma dupla de jovens empresários rondonienses que são o Roberto e a Daniela Bianchini, em nome deles saudar todos aqueles que

buscam no empreendedorismo, que buscam no resultado de seu trabalho, a sua sobrevivência e a geração de sobrevivência para outros.

Durante as falas aqui, não me lembro agora de quem, mas porque que as pessoas são empreendedoras ou deixam de ser empreendedoras? Porque nós fomos, nós somos um País educado para sermos funcionários públicos. Nós não somos um País educado para sermos empreendedores. Nós não somos franceses, não somos alemães, não somos americanos, não somos ingleses; nós somos educados para sermos servidores públicos, sempre assim. Todos nós que já estamos na idade adulta ou que já passamos por uma determinada etapa da vida, nós fomos formados e nós formamos as pessoas para que sejam servidores públicos, esta é a realidade de nosso País, não adianta fugir disso, não é? Então, ele só vai empreender com raríssimas exceções. Agora, elas existem e elas são fantásticas; nesse ponto você conhece a história do Roberto e da Daniela no empreendimento deles; quando você conhece o tio do Roberto que é o Nério Bianchini e a Vera, eu não sei quem que é mais influente nesse processo; quando você conhece os irmãos Cairu ali em Pimenta Bueno; quando você conhece enfim, uma Eucatur, o cara começou com um ônibus, uma gigante de uma empresa, hoje, e tantos outros empreendimentos muito bem sucedidos.

Nós estávamos conversando com a nossa querida Maria Regina e ela falando do professor Janguê que passou aqui por Pimenta Bueno e o cara montou um dos maiores impérios de educação; então nós pagamos por aquilo que nós não fizemos e vamos continuar pagando a não ser que a gente mude de atitude. Então hoje quis Deus que eu me tornasse Superintendente do SEBRAE depois de passar pelo Governo do Estado e aqui eu quero agradecer ao Presidente Marcelo, ao Presidente Hélio Dias, hoje Presidente do Conselho;

Marcelo, ex-presidente; todas as instituições que compõem o SEBRAE. Está aqui em minhas mãos um material que nós pretendemos que, num futuro não muito distante, se tornem políticas públicas no Estado de Rondônia. Que é de você colocar a mentalidade de educação empreendedora desde o primeiro dia que uma criança pisar em uma escola. Se nós fizermos isso, nós vamos mudar o nosso padrão mental e aí é possível que a gente passe a obter resultados diferentes. Porque, do contrário, como nos ensinou Einstein, é um absurdo você fazer as coisas do mesmo jeito todos os dias, e ficar achando que vai ter resultado diferente, não é? Mas nesse emaranhado de dificuldades, a gente tem muita coisa boa, que nós já avançamos, não é? Não vamos ficar falando só de problemas não, vamos falar das coisas boas também, não é? E aqui, a Mesa, a fala do Vladmir já foi muito elucidativa. Nós somos o único Estado do Brasil que tem uma Junta Comercial em todos os municípios e nós somos, hoje, juntamente com o Alagoas e o Paraná, os três Estados que têm mais agilidade para abrir empresas no País. E o SEBRAE foi o Coordenador disso, a Silane que está aqui, que é a nossa Gerente de Unidade de Políticas Públicas do SEBRAE e que correu os 52 municípios para fazer isso.

Precisamos melhorar isso, tem muito para avançar? Claro que tem, porque cada município tem sua burocracia própria, tem mais agilidade ou menos agilidade. Então não dá para você dizer que esse é um procedimento uniforme. Nós estamos com 52 municípios, o Estado e a Federação. Mas, um grande passo já foi andado.

Mortalidade infantil de empresas é altíssima. Desde quando eu fui deputado estadual, a primeira vez, há mais de 20 anos, quando eu ainda tinha, inclusive, cabelos, a taxa de mortalidade já era alta, e continua alta. Mas, não é só no Brasil. Eu estou lendo um livro, chamado Startup Enxuta,

de um autor americano chamado Eric Ries. E ele diz o seguinte: para você montar uma empresa, são três coisas que você precisa: saber fazer aquilo que você vai se propor, saber administrar e saber comercializar e vender. Às vezes, ele sabe muito bem a primeira atividade que é fazer, mas, ele não sabe administrar e ele sabe menos ainda vender e comercializar aquilo que ele produz. E você tem que juntar esses três elementos porque senão a empresa não vai ser bem sucedida. Ele tem que saber fazer, tem que saber administrar e tem que saber comercializar. Então são muitas habilidades que você precisa juntar em uma pessoa. E o SEBRAE vem dar essa contribuição. Hoje de manhã estamos aqui, Deputado Anderson, nesta Audiência, à tarde nós estaremos na Faculdade Objetivo, fazendo um evento específico para as mulheres. Eu tenho certeza que a nossa querida Daniely vai estar presente junto com a gente lá, conosco. Estamos aqui reforçando o convite a Joana Joanora, essa mulher fantástica que fez 200 mil pessoas, ela coordenou homens e mulheres de Porto Velho, fez mais de 200 mil pessoas irem para a rua, no final do ano passado. Foi isso que não permitiu que o Estado de Rondônia entrasse na fila daqueles que não conseguiram honrar os seus compromissos no final do ano. Foi um dos poucos a ser bem sucedido, sem essa parceria com o CDL, isso não seria possível. Da mesma maneira, reforçamos o convite aqui a nossa querida Maria Regina. Então, 28 a 30, nós estaremos lá no Shopping, com Conexão SEBRAE, com diversas agendas, com diversas palestras, com eventos múltiplos de potencializar o nosso micro e o nosso pequeno empresário. Nós estaremos dia 2 de abril, recebendo 12 dos nossos prefeitos para a etapa final do Prefeito Empreendedor e aquele que for o município vencedor aqui, vai levar o seu projeto para representar Rondônia em nível nacional, lá em Brasília. E está em etapas finais, um projeto fantástico

que alguns Estados já trabalharam, mas, sem nenhuma falsa modéstia, Rondônia está trabalhando isso de uma forma diferenciada, até pelos acúmulos, o Projeto da Cidade Empreendedora. O Samuel que já, já vai fazer uma fala que vai enriquecer mais isso.

E a fala do Vladmir, eu estou indo a São Paulo na quinta-feira. Eu vou visitar o Secretário de Estado da Educação de São Paulo, que é meu amigo, o Rossieli, que foi Ministro da Educação, e estou buscando uma agenda com o Henrique Meirelles. Todo mundo sabe quem é o Henrique Meirelles, Presidente do Banco de Boston; o Henrique Meirelles foi Presidente do Banco Central; Ministro da Fazenda, do Governo Temer; foi Presidente do Banco Central no Governo Lula, durante os 8 anos. Um dos caras mais, experimentado e, mais capacitado que nós temos. E ele está procurando uma ferramenta, lá em São Paulo. E nós, de Rondônia, temos a ferramenta. Nós nunca tivemos vergonha de copiar ninguém, espero que eles também não tenham. E, inclusive, vamos colocar à disposição deles, o know-how que nós temos aqui, nosso pessoal do SEBRAE e eu vou discutir isso com o SEBRAE lá em São Paulo. E mais, eu, o Diretor Berti, que é o nosso Diretor Financeiro do SEBRAE, que está aqui junto com a gente, Carlos Berti, juntamente com o Samuel, vamos estar agora, dia 10, 11 e 12, em Salvador, numa reunião do SEBRAE do Brasil todo e nós vamos abrir essa discussão com ele. Vamos falar: - olha, a gente precisa aprimorar isso. Nós temos condições de ajudar.

Por fim, o desafio de dar efetividade à Lei Complementar 123, que é a lei geral da micro e da pequena empresa. Bom, primeiro, o próprio, dentro das próprias interpretações do Poder Público, você tem divergências, se as licitações têm que ser presenciais ou se elas podem ser sem presença. Isso muda tudo. Se for presencial o

empresário tem que sair do Rio Grande do Sul e vir aqui. E se ela é eletrônica sem a necessidade de presença, em qualquer canto do planeta ele pode participar da licitação aqui e isso impacta de forma considerável. Mas a gente está avançando. O SEBRAE já fez um trabalho conforme foi muito bem dito aqui pelo até então nosso Presidente do Conselho do SEBRAE, praticamente todos os municípios de Rondônia já passaram por um processo de qualificação da estrutura do Município para prestigiar o comércio local. E aí Deputado Anderson, todo mundo tem que entrar neste compromisso. O Governo do Estado, a primeira experiência bem sucedida, porque você tem que vencer uma série de entraves burocráticos, foi agora na aquisição de café. Nós compramos 25% daquilo que o Palácio do Governo está consumindo de café foi comprado no final do ano passado, da economia local. Mas, é preciso que a Assembleia Legislativa também faça isso; que o Tribunal de Justiça também faça isso; que o próprio Tribunal de Contas também faça isso; que o Ministério Público faça isso, que a Defensoria faça isso, Defensoria Pública; que a gente vá até os órgãos Federais que estão instalados aqui em Rondônia para que eles façam isso; esse é um desafio grande, o SEBRAE está construindo isso e já deu um passo gigantesco para isso. Mas por outro lado, você precisa também convencer o empresário de que ele pode vender para o poder público, porque não é segredo para ninguém principalmente para quem já passou por alguma oportunidade de mandato, muito da população até por essa ojeriza que se criou a atividade política no Brasil, tem muita gente que não quer vender para a Prefeitura, e às vezes ele está certo, porque dependendo da situação se a pessoa for mau caráter e ele não quiser que aquela pessoa venda, pode até gerar alguns problemas. Agora, a gente precisa avançar, precisa enfrentar esse tipo de coisa. Então, Deputado Anderson, quero agradecer a sua iniciativa,

eu sei que segunda-feira, nove horas da manhã, o senhor querer trazer Deputados para cá é difícil, porque grande parte dos nossos Deputados têm base no interior e estão se deslocando para cá, mas, eu tenho certeza de que as sementes que nós vamos plantar aqui, vão nos ajudar muito. E, quando nós conversamos com a sua assessoria a respeito desse evento, a ideia é o Samuel Almeida que está aqui, fazer uma apresentação técnica a respeito de alguns aspectos do SEBRAE, a Silane Guedes que é a nossa Coordenadora, já foi Secretária Municipal em Ariquemes, funcionária de carreira do SEBRAE e agora nossa Gerente da Unidade de Políticas Públicas do SEBRAE, fazer uma pequena apresentação deste trabalho, desta articulação que nós precisamos fazer, e por fim a cereja do bolo, que é a nossa Junta Comercial, pelo menos foi isso que nós conversamos, eu sei que eles estão prontos para isso, de matar a cobra e mostrar a bicha morta, que é de fazer o quê? É pegar e abrir uma empresa em tempo recorde e fechar também uma empresa no tempo recorde; são duas novelas de capítulos longos que este País construiu, mas, aqui em Rondônia a gente conseguiu sistematizar isso. Então, esperamos que tudo isso seja muito bem sucedido e que a gente saia daqui cada vez mais com a convicção de que temos que educar nossa população para uma mentalidade diferente e isso é todo um processo, isso não acontece naturalmente, tem que haver um envolvimento de todo mundo, inclusive, nosso de mudança de mentalidade e, cuidar de Micro Empresa é cuidar de nós, porque aqui em Rondônia, 98% são micros empreendedores. Eu não tenho ojeriza a nenhum tipo de investimento grande, de forma alguma; agora, muitas vezes os agentes públicos, eles gastam toda a energia deles para buscar um grande empreendimento e ele é importante quando ele vem, só que quando ele tem qualquer tipo de problema, ele gera num município humilde, pessoas desempregadas, dois mil

desempregados e assim por diante. Então vamos estabelecer a política do equilíbrio, vamos fazer com que os pequenos continuem a crescer, quem sabe até nasça aqui dentro do próprio Estado essa grande empresa e se algum grande investimento quiser vir para cá, as portas vão estar abertas e são muito bem-vindos. Agora o que a gente não pode é ser refém de uma determinada situação que às vezes são criadas, seja pelo fato de que você tem que fazer tantas concessões que você acaba prejudicando aqueles que naturalmente estão aqui, ou você gera aí alguns problemas.

E por fim, o Presidente Marcelo que é o especialista no assunto, a política do Governo Federal de combater os incentivos, não sei; muitas das empresas nossas médias e grandes aqui de Rondônia, se elas não tivessem tido lá no início uma política de incentivos, elas simplesmente não existiriam. Então às vezes é preciso sim, você ter essa mentalidade. É claro que o Governo Federal ele trabalha em outra perspectiva, às vezes você promove a importação para provocar a parte interna nossa a melhorar a sua capacidade de produção e isso também é válido. Então é um rol de situações que precisa ser bem trabalhado e bem discutido. Agora uma coisa é fato: quem faz geração de emprego e renda em quantidade suficiente e percentual fantástico no Estado de Rondônia, é micro e pequena empresa, então, enquanto as grandes não vêm, vamos cuidar das Pequenas porque um dia elas serão médias e serão grandes também, basta que a gente cuide delas. Obrigado Deputado Anderson.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Obrigado pela fala. Vamos ouvir o primeiro palestrante do SEBRAE, o Diretor Técnico Samuel Almeida.

Registrar a presença do Prefeito de Alvorada, Walter, obrigado pela presença.

O SR. SAMUEL SILVA DE ALMEIDA - Presidente, Deputado Anderson Pereira, é uma satisfação enorme aqui nesta oportunidade falar um pouco do SEBRAE no desenvolvimento dos pequenos negócios em nosso Estado de Rondônia, eu quero agradecer enormemente e parabenizá-lo por essa iniciativa que não tenho dúvida que teremos resultados muito positivo e transformador da nossa sociedade por meio dos pequenos negócios.

Eu quero agradecer também a oportunidade ao nosso Superintendente Daniel Pereira, que tem se engajado no processo de articulação e de integração institucional para que tenhamos um ambiente favorável ao desenvolvimento dos pequenos negócios, eu quero apenas, enaltecer e agradecer da Tribuna aqui o nosso Ex-Presidente do Conselho Marcelo Thomé, no qual é uma pessoa que tem nos proporcionado grandes oportunidades de trabalho de desenvolvimento do nosso Estado, ele que nos últimos 4 anos coordenou junto com a Diretoria Executiva essa transformação e esse estágio em que o SEBRAE/RO está hoje. Por isso, Presidente Marcelo, deixar aqui os nossos agradecimentos pelo belíssimo trabalho, pela belíssima transformação da governança do SEBRAE e todo o apoio que o senhor tem nos dado até hoje para estarmos nesse estágio de desenvolvimento do SEBRAE em Rondônia. E a todos os representantes da Mesa, a Joanora, uma pessoa líder, empreendedora; Maria Regina, Clébio, enfim, Gladimir, Vladmir; nós temos ali o Vanderlei, também nosso parceiro e o Gilberto Baptista que é um grande amigo no desenvolvimento da Indústria em nosso Estado.

Bom, vamos lá. Esse tema é fundamental de a gente compreender um pouco até na concepção da missão da instituição. Quando a gente fala que nós precisamos promover a competitividade, precisa ficar estar claro o que é competitividade no desenvolvimento dos pequenos negócios do nosso Estado. Competitividade, que não é tão simples do que construir uma base, uma estrutura, uma casa. Existe uma série de complexidade sistêmica de mercado, de economia, de política, de iniciativas, que também influenciam diretamente a não ser, e também o clima influencia diretamente na competitividade das empresas de um modo em geral e aqui especificamente os pequenos negócios, e promover a competitividade existe muito um conhecimento a fundo dessa realidade econômica, macroeconômica política em que esse cenário completo proporcionaria ou proporcionará o crescimento sustentável dos pequenos negócios. Então, o conceito de competitividade passa por toda essa questão de desburocratização, de investimento inovação, de aglomeração produtiva, de incentivo na qualificação, na educação, todos esses elos, na tributação, nos incentivos fiscais, enfim, é um conjunto de variáveis que nós precisamos atuar de forma integrada para promover a competitividade. E aí é um olhar sistêmico, não adianta o Parlamento legislar de uma forma que não esteja coerentemente aderente ao foco da competitividade empresarial. E aí eu quero parabenizar a Casa, ao Presidente Laerte, que tem aberto essa importante instituição para debatermos Políticas Públicas, Legislação que proporcionam ambiente mais favorável aos pequenos negócios. Então vejam que competitividade estratégica é olhar para um território e verificar que esse universo de empresas formado por mais de 120 mil empresas, quase 130 mil empresas no nosso Estado de Rondônia, o SEBRAE tem atuado fortemente tanto na pessoa jurídica quanto na pessoa

física. Por que pessoa física? Porque a criança que está na escola ela está recebendo por meio de iniciativa do SEBRAE empreendedorismo na veia, porque nós confiamos, que empreendedorismo transforma uma sociedade, faz com que a gente se posicione com pessoas que tem uma nova mentalidade, uma visão de futuro, de crescimento, uma visão de futuro de desenvolvimento e que o protagonista desse desenvolvimento é a própria pessoa.

Portanto, esse conjunto de iniciativas integradas promove a competitividade de fato, daí a gente olhar para o Estado de Rondônia e verificar quais são, dentro desse universo de micro e pequenas empresas, a estratégia aderente ao crescimento sustentável do nosso Estado e eu tenho certeza que passa pelas micro e pequenas empresas porque são mais de 98% diz a estatística, mais de 98% das empresas existentes em nosso Estado é formado por micro e pequenas empresas. Então, se são formadas por micro e pequenas empresas nós precisamos ter políticas, legislação, incentivos aderentes as vocações regionais. Então, quando a gente tem esse olhar mais estratégico, que a gente olha que o pequeno, ele precisa está aglomerado, o pequeno precisa estar em núcleos produtivos, o pequeno precisa estar em coletividade para dar peso e competitividade, daí entra a política de arranjos produtivos locais, a política de cadeia produtiva local, a política de associativismo e cooperativismo que promovam a competitividade empresarial.

Portanto, competitividade, ela passa por uma estratégia muito mais além, complexa, e que exige de cada um de nós, iniciativas compartilhadas, integradas que possam promover o desenvolvimento e crescimento econômico. Aí eu falo dois pontos, porque a nossa missão diz: de desenvolvimento sustentável. E olhar o desenvolvimento e aí o Presidente, volto a falar, o Presidente Marcelo, quando

as discussões anteriores diziam: o desenvolvimento, ele deve ser feito, mas, ele fala, o desenvolvimento deve ser sustentável, não é questão da preservação da nossa Amazônia; mas, é usá-la de forma sustentável das riquezas que existem e que muitos estrangeiros conhecem mais do que nós as riquezas que o nosso Estado possui.

Portanto, o desenvolvimento é importante dentro da consciência cidadã de que nós precisamos usar mais de forma sustentável as riquezas que temos; nós temos muitos minerais, nós temos uma estrada, nós temos um território rico, plano, que tudo que produz dá. O que a gente precisa realmente então? Promover esse desenvolvimento para que a partir dele, nós possamos de forma equilibrada, promover o crescimento econômico onde haja um equilíbrio da população, esse crescimento que referencialmente é por meios dos pequenos negócios que isso espalha, que isso se propaga nos quatro cantos do nosso Estado.

E aí sim, por último e não menos importante, mas, integrada a política de competitividade e desenvolvimento sustentável, o estímulo ao empreendedorismo. E aí, quero fazer um parêntese, Daniel Pereira chegou ao SEBRAE, eu fico muito feliz, contente, por tê-lo como parceiro hoje, uma pessoa que é diferencial, uma pessoa que arregaça as mangas e faz acontecer. E eu quero aqui trazer o meu amigo também Berti, que junto com esse trio, a gente faz junto com todos; o desenvolvimento dos pequenos negócios, estimulando o empreendedorismo, é uma maneira em que nós estamos levando para os municípios uma concepção; o SEBRAE não consegue chegar em todos os lugares, o SEBRAE é um ator, não é o ator, é um em todas as Associações Comerciais, as CDL's dos municípios, FCDL e aí eu quero trazer a Federação das Associações Comerciais representada pela Daniela Bianchini, meus agradecimentos a Federação das

Associações Comerciais, ao nosso amigo Paco, que tem também contribuído fortemente para esse trabalho em conjunto de estimular o empreendedorismo e nós queremos por meio de ações conjuntas promover esse estímulo, desde o ensino fundamental, a criança do 1º ano até o 9º ano recebendo empreendedorismo e eu quero parabenizar todos os professores, todas as escolas que até hoje promoveram e aderiram voluntariamente a esse estímulo, tendo a concepção de que eu posso olhar para situação e focar no problema; mas, o empreendedorismo faz o seguinte: ele olha para o problema e vê a solução. O pensamento diferenciado, não adianta eu terceirizar o problema para a Assembleia, terceirizar o problema para o Governo, terceirizar problema para as Instituições, não, não. A responsabilidade é nossa, de promovermos o crescimento econômico do nosso Estado e por isso, o estímulo do 1º ao 9º ano está tendo uma aderência e uma receptividade cada vez maior. Conseguimos até então 8.000 mil alunos, mas, o universo grande de alunos que existem no Estado, nós precisamos de integração, nós precisamos de esforço e estamos trazendo as cooperativas de crédito para trabalhar a educação financeira, nós estamos trabalhando com o SENAR para trazer a questão da sucessão da propriedade rural e aí é um problema interessante, porque a sucessão está sendo um ponto crítico no crescimento da nossa agricultura do nosso Estado; nós teremos que ter um olhar muito bem focado, porque senão os filhos vão sair das suas propriedades para a área urbana e aí como é que vai ficar a nossa vocação que é rica da agricultura do nosso Estado? Portanto, essa integração de esforços de trazer as Instituições para essa temática de educação por meio do empreendedorismo, vai muito além ainda, porque nós trabalhamos não só no ensino fundamental, no médio, no técnico, no superior, promovendo a verdadeira revolução que nós acreditamos que esse Estado,

integrando os esforços com o governo do Estado, eu quero agradecer mais uma vez a SEFIN, nossos coordenadores top das galáxias, que estão ali, que têm contribuído fortemente com o pensamento diferenciado, um pensamento de trazer a Secretaria de Finanças para uma postura proativa de discutir com a sociedade políticas preventivas e orientativas e não punitivas, dentro de uma concepção de como eu faço para arrecadar mais? Arrecadar mais é criando um ambiente para o pequeno negócio, mais favorável ao seu desenvolvimento, é criando condições para que incentivos, a SEDI está aqui do nosso amigo Clébio, incentivar é proporcionar que o Conselho possa incentivar políticas públicas e valorizar as vocações que nós já conhecemos. Nós temos o Plano em Desenvolvimento Industrial que é comandado pela FIERO, um plano belíssimo, um plano que tem as linhas estratégicas do desenvolvimento, que tem sinalizado os investimentos estruturais em infraestrutura para que a gente possa desenvolver o nosso Estado. O quê que a gente precisa fazer? Pegar o plano, aliar na política de desenvolvimento do nosso Estado e que os setores, a indústria, do comércio, do serviço, do agronegócio possam ser valorizados, e, promovido o seu desenvolvimento e crescimento gerando trabalho e renda. Nós sabemos que absorção da mão de obra no Brasil, ela não vai ser por meio do emprego, vai ser por meio do trabalho e da renda. Nós não conseguiremos absorver essa mão de obra 100%, mas, muito deles passarão a ser empreendedores. E como empreendedores, o primeiro canal de acesso, é o MEI, o MEI que antes estava na informalidade, passou para formalização, demos a luz nele, eles eram informais, vendiam, mas, não conseguiam crescer, estava na clandestinidade. Mas, quando veio a Lei Geral e criou possibilidade para que eles viessem para a formalização, a responsabilidade passou cada vez mais para quem? Para todos

nós. Porque agora, como o Presidente falou, nós temos 70% inadimplente, mais na responsabilidade de um, de dois, não, é de toda sociedade, porque essas pessoas, a maior parte dos nossos empreendedores, elas têm um nível de cultura e de educação ainda raso, que não permite conhecer todo esse aspecto de impacto legislativo, tributário e fiscal no seu negócio e que nós precisamos em conjunto mobilização conjunta, ações integradas para otimizar recursos do nosso Estado.

Então, o SEBRAE ao longo desses anos, nós temos crescido dos quatro anos para cá, nós possamos de dez mil empresas atendidas, para vinte mil empresas em média atendidas e mais de cinquenta mil empreendedores do nosso Estado atendidos anualmente com ações integradas nos cinquenta e dois municípios, e aí só passando mais adiante. Em 2017, esse era o número. Em 2018, nós alcançamos vinte e mil, mas, do que atingir números, nós queremos atuar nas cadeias estratégicas do nosso Estado gerando competitividade, arranjo da piscicultura, arranjo do café, arranjo das agroindústrias, arranjo do setor da fruticultura, arranjo do setor industrial, arranjo do setor de serviço, isso, nós sabemos que a agricultura deságua no comércio. Então, a estratégia passa por essa valorização da infraestrutura do agronegócio do nosso Estado, esse é o cenário. Eu quero destacar aqui, por exemplo, inovação. O SEBRAE, nos últimos quatro anos investiu mais de trinta milhões, mais de trinta milhões em recurso e inovação, tecnologia nos pequenos negócios. E aí Presidente, Deputado Anderson Pereira, políticas de desenvolvimento competitividade, passa por inovação, inovação esse que nós precisamos que eles constituem uma Lei de inovação no Estado, ou fortalecer a Lei, para que a gente possa incentivar a inovação produtiva e ganhar escala de competitividade, esse é o cenário. Um pouco do universo que

o SEBRAE atua em consultoria. Em curso no Estado, esses azuis são onde o SEBRAE tem posicionamento e tem feito um trabalho de treinamento, de consultoria, palestras. Então, o Estado todo sendo coberto aos cinquenta e dois municípios do nosso Estado com atuação direta, não somente com o SEBRAE, mas todas as entidades conjuntas. Missões, missões, uma estratégia de levar o Estado para fora ou de buscar Bitmarket de feiras como a Fispal, como a APAs, como Feiras Internacionais, isso promove competitividade, porque há um Bitmarket, Internacional onde existem as melhores práticas inovadoras para a área empresarial, e assim vai. Em 2018, o mesmo desempenho ampliando pouco escopo, missões. E aí é onde eu quero chegar agora. O posicionamento estratégico, é olhar o território e verificar que em Rondônia, existem vocações específicas em determinados territórios, e nós precisamos olhar para esses territórios, verificar aonde nós vamos investir, de que forma nós vamos investir e o que nós podemos fazer para incentivar e desburocratizar questões de licença ambiental, questões, enfim, que entravam processo de crescimento das empresas. Esse é o posicionamento estratégico hoje do SEBRAE, atuando com turismo, agroindústria, leite, café, piscicultura em todos os setores. Aqui, toda uma rede de relacionamento, porque o SEBRAE está situado em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Rolim, Pimenta e Vilhena, e com pontos de atendimentos na Jatuarana aqui, Guajará-Mirim, e na Jatuarana. Essa estrutura, não comporta a gente atuar nos cinquenta e dois municípios, mas, nós temos sala do empreendedor, nós temos todas as instituições parceiras com os bancos de fomento, como as Prefeituras Municipais, agradecer as prefeituras e demais agentes de desenvolvimento local. Isso só é possível gerar competitividade, gerar desenvolvimento econômico, promover o nosso Estado de Rondônia, é por meio dessa ligação

estratégica das instituições, cada um nas suas expertises, cada um nas suas atribuições e juntos promovendo o desenvolvimento e crescimento econômico no nosso Estado de Rondônia. A Lei geral é um mecanismo fundamental em que o Estado é uma Lei Federal. Então, se é uma Lei Federal, nós precisamos juntamente com todos os atores, e aí quero destacar também o Tribunal de Contas, essa Assembleia Legislativa, que têm feito um trabalho extraordinário. O Marco está ali representando o PROFAZ. Uma iniciativa também que a gente precisa parabenizar, porque o Tribunal de Contas hoje tem uma nova concepção, tem uma nova forma de agir em prol dos pequenos negócios. Esse é o universo dos pequenos em que o SEBRAE, é dos parceiros no desenvolvimento, e nós agradecemos a oportunidade. Obrigado a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Parabéns, excelente palestra. O senhor pode fazer à justificativa, que o senhor pediu?

O SR. LEILSON COSTA DE SOUZA - Bom dia a todos! Eu sou Leilson Costa de Souza, Sou Secretário Geral da Junta Comercial, como disse o Senhor Daniel Pereira, nós temos a cereja do bolo para ser apresentado. Nesse momento, eu queria fazer uma justificativa, Daniel, você conhece já os nossos serviços, nós estamos prejudicados nesse momento em fazer conforme tínhamos combinado online, devido um problema tecnológico que estamos sofrendo nessa semana, e nós fomos comunicados pelo Governo na sexta-feira, como já estávamos programada a Audiência, de qualquer forma, nós atendemos demonstrando a visão do empresário. Nós vamos aqui de fato demonstrar o que a Junta vem realizando, não

na plataforma online como foi proposto inicialmente, mas, como é a visão do empresário de tramitação no nosso processo dentro da Junta Comercial. Eu queria também complementar e agradece nesse momento também ao Deputado Anderson Pereira, por essa iniciativa, que de fato o registro e legalização de empresas no Estado de Rondônia, ele é em primeiro lugar no ranking nacional. Os entraves encontrados hoje variam de município a município, como destacou o nosso Superintendente do SEBRAE, Daniel Pereira. Só para se ter uma ideia, nós deveríamos nas próximas audiências convidar também os órgãos de licenciamento, sendo Corpo de Bombeiros, as Secretarias de Meio Ambiente Municipal, os órgãos de Vigilância Sanitária que em alguns momentos acabam dificultando de fato o empreendedorismo dentro do nosso Estado. Mas nós também temos municípios que são exemplos. O município de Pimenta Bueno, só para que seja citado, ele hoje licencia, inclusive, os de alto risco, ele não gera dificuldade para o empreendedor, ou seja, ele faz o seu licenciamento e libera o alvará provisório e daqui a 06 meses cujo tem um prazo legal para apresentação de tal documentação isso é feito, então a gente entende que de fato também pode ser exercido em todos os municípios no nosso Estado, nós temos município referência que é Pimenta Bueno e hoje ele arrecada 60% a mais, só voltados em registro e legalização de empresas. Então assim, nós acreditamos que conjuntamente conforme está ocorrendo essa reunião hoje, possamos de fato realizar todos esses feitos em nossos municípios. Em Porto Velho, infelizmente, Porto Velho é um município que sofre hoje com a parte de licenciamento, existe um contrassenso que envolve os órgãos dentro da própria prefeitura. Recentemente nós tivemos reunidos em uma audiência pública para tratar da lei de uso de ocupação do solo que impacta diretamente na abertura dos negócios; só para se ter uma

noção não é mais o empresário que escolhe onde abre o seu negócio e sim depende da aprovação da prefeitura. Então isso gera uma burocracia, em algum momento existem empresas que demoram mais de 06 meses, como foi colocado, relatado de fato. Mas, nós temos exemplos e é por isso que estamos aqui e nós queremos contribuir sim. Só para complementar também, hoje os distritos de Porto Velho, que são 17, sofrem diretamente com essa lei, a lei está aí, ela precisa ser melhorada para que a gente possa de fato simplificar a vida do empreendedor.

Neste momento a gente convida o nosso Coordenador da REDESIM Eder Neves Falcão que fará a apresentação do nosso sistema Empresa Fácil. Muito obrigado a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Parabéns. Inclusive, eu estive nos distritos visitando aqui a Ponta do Abunã e lá é fato eu ouvi isso, as dificuldades que eles encaram ali, Eles já estão produzindo do mesmo jeito, só que não está sendo computado, até por questão de regularização que eles têm dificuldade. E aí vem outra problemática, eu estava conversando com o Marcelo Thomé aqui, a respeito da regularização fundiária, a gente já tem legislação para isso e não é pouca, a União tem uma dívida muito grande com o Estado de Rondônia em relação a regularização fundiária, e como eu estava falando para o Marcelo, para o Daniel Pereira, SEBRAE, é prioridade neste mandato não só do Deputado Anderson, mas, de todos os 24 Deputados a regularização fundiária, nós vamos abrir essa discussão aqui dentro desta Casa, a gente sabe o ator principal é o Governo do Estado, mas, a importância não tem como nem mensurar desse trabalho iniciar com base nas legislações já existentes que a gente consegue trabalhar isso.

O SR. LEILSON COSTA DE SOUZA - Eu gostaria de registrar, Deputado, que neste momento vários contabilistas estão se utilizando do youtube para também participar da audiência pública, nos mandaram aqui vários questionamentos que depois será repassado diretamente para o senhor.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Excelente, os internautas podem encaminhar para a gente, o horário de fato da audiência não foi um horário muito bom, geralmente os horários na parte da tarde é bem melhor, nas quintas e sextas-feiras também são muito bons, a gente vai se policiar nesse sentido desses horários. Nós fizemos uma audiência mesmo na quinta-feira passada no período da tarde e foi muito boa com a participação dos órgãos públicos, que nesse horário estão todos em funcionamento, então até tenho dificuldade da presença de alguns atores aqui. O município foi convidado, o Ministério Público, o Governo do Estado, todos foram convidados para essa discussão, mas, infelizmente o horário impossibilitou, e hoje está acontecendo outra audiência no Plenarinho aqui da Casa com o Deputado Marcelo Cruz que também discute um tema muito importante que é a respeito das enchentes, aqui a nossa Capital sofre muito e todo Estado de Rondônia, e os impactos ambientais que essas usinas trouxeram para o Estado de Rondônia, grandes prejuízos.

Vamos ouvir, a gente vai ter o outro palestrante do SEBRAE, a Silane Guedes, mas, posterior quando encerrar o da Junta, é que a inscrição dele não chegou até a mim aqui, Eder Neves Falcão pode dar início.

O SR. DANIEL PEREIRA - Presidente, só a título de informação; acho que é interessante esse trabalho de agilidade, ela foi possível devido ao então Presidente da AROM, hoje Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Laerte, que na época tinha como vice o Professor Valter, então a contribuição que eles deram lá do pequeno município de Alvorada d'Oeste para esse processo no Estado de Rondônia foi um negócio fantástico, então a AROM é uma parceira de primeira grandeza nesse processo, deixo aqui registrado isso, o compromisso que o nosso Presidente Laerte tem com o Estado como um todo, não só com o município dele, com todo o Estado. E também nós estamos nos preparando para fazer o Planejamento Plurianual do SEBRAE e ele precisa ser construído em consonância com os eixos que o Governo do Estado estabelecer como políticas públicas na sua concepção de Governo, então nós começamos semana passada aqui no evento da fazenda do Dia de Campo sobre Piscicultura, uma propriedade do nosso Conselheiro do SEBRAE e Presidente da FACER, o Francisco Hidalgo, então nós iniciamos uma conversa que nós vamos juntar SEAGRI, SEDAM, SEDI, EMATER, IDARON, são cinco órgãos do Governo do Estado que atuam diretamente nesta situação impactando aí a vida dos micros e pequenos empresários, mas, vamos ter que envolver a AROM; teremos que envolver outras instituições, a Assembleia Legislativa, Câmaras Municipais para que a gente faça o planejamento o mais ajustado possível a realidade. Porque o ser humano às vezes ele é meio vaidoso e ele começa a fazer as coisas que ele acha que é importante, e às vezes ele perde uma bela oportunidade de ouvir quem realmente vai ser impactado.

Quero registrar também a presença de vários dos nossos colegas do SEBRAE que estão muito felizes de verem a instituição que eles trabalham hoje aqui presente. Lembrando, o Samuel citou os números, nós só temos 100

servidores que são contratados pelo SEBRAE, com 100 servidores nós impactamos a vida de mais de 20 mil empresas no ano passado, de forma direta, de forma indireta, muito mais. Então não é quantidade é qualidade quero deixar bem registrado isso aqui.

O SR. ÉDER NEVES FALCÃO - Primeiramente meu bom dia a todos, senhoras e senhores. Já fui apresentado, meu nome é Éder eu sou Coordenador do Projeto REDESIM em Rondônia, nós tínhamos a perspectiva de fazer aqui online um trabalho de abertura e baixa de empresa, infelizmente como o próprio Leilson já explicou ao Governo do Estado enviou um ofício na sexta-feira dizendo que a gente iria ser impacto em função da indisponibilidade de alguns serviços de internet ligados a infovia, isso realmente impactou. A gente testou hoje, ainda há pouco está impactando o nosso serviço com a receita, mas, a gente não vai ficar sem essa visão do que é empresário. Acho que o mais importante do que isso, lógico, que é impactante, é demonstrar como a gente faz o nosso trabalho hoje, mas, tem essa visão do contribuinte, o que Rondônia está fazendo hoje diferente dos outros Estados para ter o resultado que tem? Nós vamos apresentar o nosso projeto REDESIM em Rondônia e a gente vai demonstrar também a visão que o contribuinte tem do nosso serviço e isso tem impactado de uma forma geral e como é que está Rondônia no cenário nacional. O Projeto REDESIM em Rondônia, que aqui REDESIM é uma Lei advinda da Lei Complementar nº 123, Rondônia foi, inclusive, um dos pioneiros, o Estado pioneiro, Lei Complementar nº 123 entrou em vigência em abril de 2006; em dezembro de 2006 o Estado editou a Lei nº 1679 que criou o Comitê Gestor Nacional da REDESIM Simplificação. Lá naquela época já a Prefeitura de Porto Velho, SEBRAE, Receita Federal já começaram a desenhar esse

processo. Mas esse processo ficou parado justamente por deficiência tecnológica, vamos colocar assim, nós tínhamos dificuldades em operacionalizar e levar isso para os municípios, municípios com pouco recurso, dificuldades também de investimento de tecnologia. Então o Estado e os órgãos federais estavam assim conscientes de que precisa ser feito algo a mais para que isso fosse levado a fio. O projeto REDESIM Rondônia que aqui em Rondônia tem o nome de Empresa Fácil RO, da realização da Junta Comercial do Estado de Rondônia, Secretaria de Finanças do Estado com apoio da Associação Rondoniense dos Municípios e do SEBRAE.

Só para a gente entender qual o papel de cada um neste processo, a Junta Comercial é gestora do projeto, mantenedora do Sistema Integrador para os órgãos estaduais e dá suporte técnico tanto para usuários internos como externos. Toda a parte de custeio de operacionalidade, disponibilidade dos serviços que são a cargo da Junta Comercial, ela também auxilia seus usuários, o contribuinte, o contador que quer utilizar uma empresa fácil, ele tem o suporte técnico, assim como tem 52 municípios, 05 órgãos estaduais e outras instituições. Hoje a OAB também integrada ao Sistema Integrador Estadual, Rondônia foi o primeiro a integrar, a OAB também. A gente tem algumas manias de ser pioneiro, quando se fala em REDESIM.

A Secretaria de Finanças do Estado, ela quem custeou toda a implantação deste sistema nos municípios. Então nós fizemos um sistema, um projeto árduo em que nós visitamos todos os municípios com o apoio do SEBRAE e da Associação Rondoniense, fazendo sensibilização do Prefeito, do Secretário, para a importância da mudança da dinâmica, da melhoria do ambiente de negócios do nosso Estado.

Depois disso vem toda a implantação e a implantação foi ali custeada pela SEFIN e feita também pela Junta Comercial, junto com o SEBRAE. A AROM, ela é cedente da licença de uso do sistema. O sistema que na época custava em torno de R\$ 1.500,00, com a licença de uso, Rondônia conseguiu ela de forma gratuita, com os laços de parceiros como é no caso a AROM. A AROM então fez a doação para o Estado da licença de uso de forma irrestrita, para que o Estado pudesse trabalhar no sistema e pudesse melhorar o sistema, que na época se tinha, Alagoas já utilizava o sistema.

O Dr. Daniel Pereira falou muito bem, a gente não tem vergonha nenhuma de olhar o que estão fazendo lá fora, a gente não precisa inventar a roda o tempo todo, às vezes só precisa deixar ela redondinha. Então foi mais ou menos aquilo que a gente fez, uma melhoria. Mas o que muda e o que a gente tem de diferente, porque a gente avançou tão rápido em tão pouco tempo, sendo que todos, tinham outros Estados lá com a mesma ferramenta. Para vocês terem uma ideia essa ferramenta é utilizada por 14 Estados e Rondônia é o que melhor fez toda a dinâmica de processo dela. Não é ferramenta, ferramenta é a cereja do bolo. É como a gente faz, de que forma a gente faz. Eu acho que isso é que é impactante aqui no Estado. A AROM também dá apoio na acessibilização, mantenedora do sistema integrador, e, o SEBRAE, com toda sua expertise dá apoio na acessibilização, na simplificação de processo. Então, atua junto ao município para que o município simplifique seu processo. Vocês têm vários parceiros dentro desses municípios, Sala do Empreendedor, Agente de Desenvolvimento, as unidades do SEBRAE, em todo interior, que tem ajudado muito a gente a fiscalizar e ajudado a gente a dar continuidade nesse projeto.

E todo mundo pensa assim: Ah! Mas, porque é difícil. A gente tem uma visão, fora do Brasil, o Brasil é muito mal visto quando se fala em regularização de empresas e negócio e quando se fala em pagamento de tributos. Não só pela carga tributária, mas, o tempo que se leva, o tempo que se gasta e o que se gasta para pagar tributos, não é? A gente atua na parte de desburocratização de registro e legalização das empresas. Existe um ranking mundial que mede isso, a Doing Business e, para você ter ideia, de 190 países, na parte de registro e legalização de empresas, o Brasil ocupava a posição de número 125. Para ficar ruim, tem que melhorar muito, não é? E é mais ou menos isso que a gente vem fazendo. É lógico, que esse ranking médio, hoje, somente São Paulo e Rio de Janeiro, há uma proposta, inclusive, para que Rondônia faça parte. O nosso País é muito grande, com várias regiões, então a proposta da Junta Comercial e da própria Receita Federal, é para que Rondônia faça parte desse ranking e comece a medir nossos tempos de processos também aqui, para que a gente consiga impactar de forma positiva nesse ranking.

E como é que o empreendedor fazia para abrir empresa? Eu acho que nós temos aqui, contadores, representantes da classe contábil. Senhores, era pastinha embaixo dos braços mesmo, um monte de documentação encaminhar em todos os órgãos. Para se ter uma ideia, só a parte de registro demorava em torno de cinco dias. Se a gente fosse levar para as inscrições fiscais, com a segunda etapa na legalização de empresas, são mais cinco dias, eram mais cinco dias na Receita Federal, três a quatro dias na Receita Estadual e ali, de dez a doze dias, dependendo do município, no município. Se a gente somar isso, apesar da segunda fase pudesse ser feita concomitante, então, a gente levava pelo menos doze dias aí, só na fase de inscrições fiscais. E o que é essa fase de inscrições fiscais? É para

o ente público saber que a empresa nasceu e que ele tem que cobrar tributo dela. Então, o órgão público levava doze dias para poder fazer a inscrição da empresa. Isso impactava na geração de nota para o empreendedor. O empreendedor não conseguia comprar nem conseguia vender porque não conseguia se regularizar nem se inscrever no município. A gente nem chegou na parte de licenciamento.

Do licenciamento, passado essa fase, a fase chamada à fase do licenciamento, que é nossa fase crítica, onde se perde mais tempo. Todo esse período era o que mais gerava dano ao contribuinte, é o que mais ele perdia tempo e o que mais ele perdia dinheiro, porque hoje tempo é dinheiro. Foi justamente isso que a gente começou a trabalhar, de uma forma linear todos esses conceitos, esses pré-requisitos para que a gente melhorasse de uma forma, automatizasse alguns processos, para que esses processos se tornassem mais rápidos, que na perspectiva do contribuinte, ele fosse mais aceito. Se a gente tem uma visão do Brasil como, daqui para fora, como eles enxergam a gente, é também triste ver como nossa população enxerga a gente, órgãos reguladores, como é que eles enxergam a gente. Não foi, às vezes é uma frase de efeito falar que o Estado é inimigo do empreendedor, mas, infelizmente esse é sentimento que tem o empreendedor dos órgãos públicos. E a gente fala em todos os níveis dele, em todos os níveis de governo. A gente tenta melhorar para que ele tenha, pelo menos, aquele sentimento de que em Rondônia a gente está fazendo diferente. Em Rondônia, ele está amparado pelos órgãos públicos.

Toda essa fase, desde o registro até a legalização de empresa, isso é uma média Brasil, são 11 procedimentos diferentes, 79 dias para se regularizar empresa. Já foi muito pior, esse já foi de 107 dias, a média. Essa é uma

média Brasil. E como é que a gente fez para melhorar essa média? Primeiro nasceu a REDESIM em Rondônia, com o advento da Lei Complementar 123, é a Lei Estadual 1.679, a gente criou o Sistema Integrador Estadual, que começou a funcionar a partir de 2015, finalzinho de 2015. O objetivo dele é simplificar, automatizar os processos de abertura, alteração e baixa de empresa, tanto o registro como a legalização. E para isso, a legislação tem alguns pilares, porque nem tudo é só o sistema. Então, primeira coisa é o órgão trabalhando de forma integrada. Há uma crítica muito grande do empreendedor, que ele tem que caminhar em vários órgãos, levando a mesma documentação. Isso é uma verdade. Se eu pego um processo de Vigilância, se eu pego um processo de Meio Ambiente, se eu pego um processo da Receita Federal, se eu pego um processo do órgão de Registro, basicamente, a documentação que está ali, é comum a todos os órgãos. E o empreendedor começa a se perguntar: ora, por que é que eu tenho que levar a documentação, se todo mundo é órgão público por que é que eles não compartilham essa informação? Então, essa é a primeira inovação que trouxe a Lei da REDESIM, que foi a obrigação dos órgãos trabalharem de forma integrada. E ali instaurou outro conceito muito importante que foi a entrada única de documentos. Ele falou assim, olha: no documento onde começa esse processo, onde essa empresa nasce, esse órgão já tem que validar toda essa documentação e socializar essa informação com os demais órgãos, para que não se precise nem o contribuinte dispendiar tempo nem dinheiro fazendo isso, e nem os órgãos dispendiar horas de trabalho dos servidores para fazer a mesma coisa.

Entrou aí também um conceito muito importante, que foi a entrada, atendimento preferencialmente pela internet, esse atendimento é só pela internet, não há outra fonte de entrada para as empresas. Então isso foi necessário para

que a gente conseguisse fazer isso ser operacional em todos os municípios, que a dificuldade era justamente fazer isso nos municípios. Então o Sistema Integrador ele é utilizado nos 52 municípios hoje, cinco órgãos estaduais e mais uma entidade de registro que é a OAB. Os escritórios de advocacia que são registrados na OAB não são na Junta, mas, a OAB também faz parte hoje da REDESIM, a gente também levou essa melhoria desse processo. A consulta prévia de nome e localização, que muitas vezes é criticada e isso depende muito da legislação do Município, não se tem um problema no conceito consulta prévia, que trouxe a legislação nacional, mas, o quanto é fácil abrir empresas em determinados municípios, o quanto a lei facilita, a lei de uso de ocupação do solo, plano diretor para que essas empresas sejam abertas. É uma coisa que tem que se trabalhar muito Porto Velho, nós estamos aí na fase de Audiências Públicas, é muito importante a participação dos órgãos de classe, das instituições patronais neste processo, para melhorar esta legislação, de fato Porto Velho tem alguns pontos críticos a serem tratados, pela forma como Porto Velho cresceu, mas, que isso a gente tem que trabalhar agora. Acho que essa fase é a fase das instituições se unirem e trabalharem esse processo. E a consulta prévia ela consiste basicamente, que o empreendedor tinha um grande problema, problema que gerava custo e gastos desnecessários, que era o empreendedor às vezes que quando começava a construir o negócio dele, começava a empreender ali e não sabia se ia poder ou não estar trabalhando. Imagina um empresário de um posto de combustível, ele começar a construir um posto de combustível e de repente algum chegar lá do município e olha: "olha aqui você não pode estar". Olha o investimento que foi feito e alguém está dizendo agora que não pode estar. Então o que a Empresa Fácil fez foi antecipar essa

fase. O empreendedor pergunta antes ao município se ali é permitido ou não de acordo com a lei de uso e ocupação do solo, se é permitido ou não ele abrir uma empresa. Isso melhorou muito a questão de erros de processo, então às vezes o empreendedor pensava que o endereço constituía toda a empresa e chegava lá no final, o fiscal na hora em que ia fazer a fiscalização, via que não era bem aquilo e ele tinha todo o gasto de fazer todo esse processo de novo. Então com a consulta prévia a gente sanou esse problema dos erros de endereço. E o outro é lógico, é a questão que eu já tinha mencionado, da localização, se eu posso ou não posso exercer a atividade naquele local. Mas, a gente ainda tinha um grande problema também que era a questão do tempo, há 79 dias para começar a executar as atividades, a começar a gerar emprego e a gerar renda; como é que a gente fazia? Ai nasceu à questão do alvará provisório de localização e funcionamento, que é o que dá direito ao empreendedor ir lá e abrir as portas. No Empresa Fácil, a função é de forma automática, então o sistema já lê, se aquela empresa é ou não baixo risco e libera no ato da constituição dele, de acordo com a legislação de cada município, o alvará provisório de localização e funcionamento. O município de Porto Velho tem uma Lei específica para isso, para alvará de localização e funcionamento, e os outros 51 municípios, eles se utilizam da Lei Nacional, da Resolução 24 que estabelece o que é e o que não é baixo risco, e aquilo que pode e o que não pode receber um alvará provisório. Esses são os órgãos integrados, está a Junta Comercial, a OAB, a Receita Federal, Corpo de Bombeiro Militar, Secretaria de Desenvolvimento Ambiental; na Prefeitura até quatro órgãos integrados dependendo da estrutura da Prefeitura, a AGEVISA, Secretaria de Estado e Finanças.

Aqui é só uma visão, como a gente não pode fazer uma demonstração, à gente vai mostrar a visão do empresário,

como é que o empresário faz hoje para constituir empresa. A primeira fase que a gente explicou é a fase de consulta prévia, é a carinha do portal do empreendedor, tela de relacionamento dele com o contribuinte, ali tem uma mensagem inicial para o empreendedor, ele vai, é meio intuitivo, então ele lê a mensagem vai prosseguindo, se ele quer abrir um negócio, vai dizer se é uma abertura, nesse caso a gente está simulando uma abertura, a primeira fase é de consulta prévia, então ele escolhe o órgão de registro dele, escolhe o município que ele vai se estabelecer e o tipo jurídico, ele preenche os dados solicitando e ali a gente começa a validar muitos dados, então você tinha erro de nome, erro de endereço, então para evitar que o contribuinte erre e isso e chegue lá na frente e veja que isso está errado, isso gera um transtorno e um gasto desnecessário para ele, o sistema já valida junto a Receita Federal, usa alguns serviços da Receita Federal e faz à validação; as opções de nome e os dados do empresário, ele só precisa digitar o CPF, a gente vai buscar na base da Receita Federal todos os dados dele, os dados de endereço ali o sistema já está parametrizado para que ele lance o CEP, e, ele faça o autopreenchimento de acordo com o CEP que já consta na base dos Correios, o que ele vai fornecer são pontos de referência, se porventura necessário e também a área do imóvel, a área do estabelecimento que é utilizado para os critérios de alto e baixo risco, principalmente do Bombeiro. As atividades que ele vai exercer, então são bem simples, ele tem lá os códigos de atividades, ele consegue fazer buscas por tipo de atividade, parte do nome, e no final ele gera um protocolo de acompanhamento, esse protocolo é o que vai servir para todos os órgãos. É como se fosse um processo eletrônico em todos os órgãos no final do deferimento do processo. Ele entra no status de análise tanto pelo órgão de registro quanto ao nome, como pelo

órgão que responde a localização que é o Município que ele escolheu para fazer a consulta. É importante dizer que esta consulta prévia, ela já existia em muitos municípios desde 2007, com o advento da Lei 11.598, que é a REDESIM nacional e os municípios cobravam para fazer isso. Então você tem município que cobrava desde cento e vinte reais, a município que cobrava quase quinhentos reais para fazer consulta prévia. Hoje isso é feito de graça. Com relação a tempo de processo. O tempo máximo para se responder consulta prévia é de 48 horas pelo Município. Hoje, Rondônia tem em média de 18 horas úteis e tem municípios respondendo aí em torno de 2 horas, 1 hora, em tempo médio.

Então, às vezes, o contribuinte já manda, já recebe a resposta, mas, você tem toda a parte noturna que os órgãos não trabalham e esse tempo é incluído no tempo total. A partir do momento que o município responde de forma positiva, ele passa a preencher os dados que ele não tinha coletado na consulta prévia. Então, o integrador, ele só cobra do empresário determinado dado, se aquele dado é necessário para aquele momento. E aí ele vai começar a preencher os dados dele para a constituição e aí já é o processo de registro, legalização dele que já começa a ser preenchido e é o que interessante, é que ele deixa de preencher todos aqueles formulários que todos os órgãos cobravam. Então, ele vai preencher uma vez só com validação de alguns dados que facilita a vida dele, já deixa atento para possíveis erros. E vai avançar, são dados referentes à Capital, são dados bem básicos da empresa, de informações da empresa, esses dados vão ser compartilhados e validados também pelo órgão de registro no Conselho de Entrada Única de Dados. Ele já consegue gerar a taxa dele online, para vocês terem ideia nós temos e todas as taxas podem ser feitas de forma online nos municípios, a gente fala em dá entrada no processo, a gente imagina só uma vez,

às vezes, o contribuinte ia ao município, dava entrada ao processo depois ele voltava 2, 3, 4 5 dias depois para pegar a taxa para pagar, ele voltava para pagar a taxa e depois para deixar o comprovante de pagamento. Imagine o tempo que ele levava e o desperdício que ele tinha de tempo nisso. Hoje o sistema, ele consegue gerar as taxas para os órgãos que tem integração via web site para geração, os que não têm o próprio órgão pode deixar o PDF da taxa lá para poder o contribuinte pagar.

Então as taxinhas são geradas online, hoje ninguém vai mais ao Banco, utiliza o aplicativo do celular, já deixa pago, o sistema reconhece o pagamento com arquivo e retorno do Banco, se o contribuinte gerar o formulário e olha que já está simplificado o formulário que ele tinha que preencher. Hoje, ele preencheu os dados automaticamente esses formulários já são preenchidos para ele, ele só precisa assinar o formulário, se ele não tiver um Certificado Digital. Essa é opção de um processo físico, que ele imprime e leva à Unidade, nós tínhamos só 11 Unidades, o Sistema permitiu também que a gente conseguisse levar isso para os municípios. O ano passado nós fizemos uma frente para poder levar junto com o SEBRAE, o Governo do Estado levou para todos os 52 municípios, no Brasil é o único órgão, a única Junta Comercial está presente em todos os municípios, levamos para os municípios, então a gente já conseguiu facilitar mais ainda a vida do contribuinte. Contribuinte que saia de Costa Marques viajava 220 quilômetros para dar entrada num processo em São Miguel do Guaporé que era a unidade mais próxima da Junta, 220 quilômetros para ir, 220 quilômetros para voltar, se ele tivesse algum erro era mais 220 quilômetros e mais 220 quilômetros. Então chegava a ser absurdo o que a gente fazia, o quanto a gente penalizava o empreendedor que

estava querendo constituir um negócio gerar emprego, gerar renda.

Mas, ele também tem a opção do processo eletrônico, então se ele tiver um Certificado, ele consegue assinar eletronicamente o processo, ou seja, ele vai conseguir abrir a empresa dele sem nem sair da cadeira, sem nem sair da frente do computador. Ele escolhe a opção Processo Eletrônico faz o anexo da documentação que ele precisa enviar, assina o processo, assina o processo e aí a gente acaba com várias fases, ele mesmo protocola o processo. Uma coisa bem interessante que aí quando ele protocola o processo, ao invés do processo passar por aquelas fases de protocolo, digitalização do processo para tornar o processo virtual, o processo já cai direito com o analista dele, é por isso, inclusive, que o nosso tempo é muito bom, porque o contribuinte protocola o processo direto para o analista, então o analista do processo já recebe automaticamente.

Nós também instalamos na Junta o Teletrabalho então permite que a Junta possa oferecer, não serviço que começa às 08h00 e termina às 14h00, mas, o serviço dela oferecido em todo o período, então nós temos analista trabalhando a noite, analista trabalhando à tarde, isso melhorou muito o nosso tempo de processo. Depois que a Junta aprova o processo, outra coisa interessante foi à chancela digital, como é um documento digital ele recebe uma chancela digital. A gente não tem noção de quantas cópias autenticadas eles tiravam desse contrato para levar para órgão: Banco, Órgão Regulador, Órgão Licenciador, hoje ele tem, ele pode imprimir da casa dele quantas vezes ele quiser, não precisa mais autenticar mais essas cópias e ele leva direto e o próprio órgão vai lá e valida dentro do Portal se o documento é válido ou não.

O alvará provisório é emitido automaticamente, isso leva em torno de 4 a 5 segundos para o sistema lê e liberar o alvará provisório para aquela empresa que se enquadra na situação de alvará provisório, então ele já recebe o documento, todos os documentos são com o Código de Autenticidade, Certificação, ou seja, exime totalmente o contribuinte de gastar com cópias autenticadas para apresentar essa documentação em qualquer outro órgão, Bancos também.

Todas as licenças que antes a gente falou aqui no início que ele gastava 12 dias em média 12 dias são feitas em alguns segundos ou minutos. Um CNPJ, por exemplo, é gerado em 5,2 segundos; uma Inscrição Estadual vai depender da rajada de dados, mas, o máximo que ela pode levar são 15 minutos. Então, é tudo gerado automaticamente, a gente tirou esse processo manual de dentro dos órgãos para que a gente pudesse melhorar o tempo de processo deles.

A Inscrição Municipal também, ele consegue solicitar todas as inscrições de todos os licenciamentos nos órgãos.

As Declarações de Dispensa e os Licenciamentos também são todos feitos pelo Portal, muitas vezes o contribuinte, apesar, de ele não precisar do Licenciamento, para você vê o quanto era absurdo o Banco pegava e falava assim: "eu preciso do seu alvará sanitário, eu preciso da tua licença ambiental". Aí o contribuinte fala assim: "poxa, mas, eu sou uma loja de calçados, eu não gero impacto, eu não tenho que me licenciar". Aí o Banco fala: "então prova, que eu estou te dando dinheiro, tenho que saber se está apto ou não para trabalhar". O sistema também automatizou todo esse processo; então os órgãos fizeram a lista daquelas atividades que não precisavam de licenciamento, o sistema já gera automaticamente, ou seja, independente de interferência humana, independente de análise lá de alguém

do município, automaticamente o processo já é lido, ele já libera automaticamente a declaração de licenciamento, ou declaração de dispensa de licenciamento para que o contribuinte pegue isso daí e possa levar nos órgãos ou no banco onde ele vai contrair o empréstimo. SEDAM também, Bombeiro também inicia o processo do Bombeiro; o Bombeiro, quando é MEI, por exemplo, é automático e como MEI não paga taxa, ele não precisa passar pela fase de reconhecimento do pagamento da taxa, quando é um contribuinte que paga, precisa pagar taxa de vistoria; ele emite automaticamente a taxa, o contribuinte paga e espera a compensação do banco que é até 24 horas. Algum benefício está essa visão do empresário de como licencia, sistema muito simples, muito fácil de acompanhar, é bem intuitivo, então o contribuinte consegue ver o que ele precisa, o que ele não precisa; aquilo que é dispensável, aquilo que não é dispensável; alguns benefícios está para o empreendedor, redução do tempo de abertura de empresa, redução dos custos com deslocamento, duplicidade de ações e entrega de documentos, a gente viu que a gente eximiu ele, praticamente isso não existe mais. Informações e orientação dos consolidados, no Portal, ele consegue receber e identificar tudo que ele vai precisar para legalizar o seu negócio; pagamento de taxa por meio eletrônico, como eu disse muitos municípios já fazia o contribuinte se deslocar até ele, às vezes, até órgãos estaduais, se descolar, pegar uma taxa, sair no banco, pagar e voltar com o comprovante de pagamento; nos dias de hoje isso chega a ser absurdo. Facilita o acesso ao crédito, vez que eu tenho de todas as minhas licenças emitidas eletronicamente e o aumento da competitividade. Isso teve um reflexo também nos municípios, a gente fala, a gente está aqui com o colega do Tribunal de Contas, que a gente conhece muito bem e, inclusive, vamos fazer uma parceria aqui para gente atuar junto com o PROFAZ para

melhoria de arrecadação dos municípios também, a gente atua muito bem nisso. Automatização e melhoria de processo no município, torna o custo no município de um processo de legalização de empresa muito menor. Emissão online de alvará de licenças, das taxas também, o acompanhamento todo online; o contribuinte não precisa ir para o balcão do município, alguém tem que atendê-lo, para ele poder conseguir legalizar a empresa dele.

Acesso aos dados de toda empresa, para vocês terem ideia, o município não conhecia 49% das empresas que estavam instaladas nele e tem município no nosso Estado que esse índice ainda era muito pior. Então, das empresas que estavam instaladas, ele não conhecia quase metade. Isso gera também outra coisa importante que é a Justiça Fiscal; então, se todo mundo está se legalizando, você tem empresário que está lá de forma correta, ele tenta se legalizar, tenta pagar imposto e às vezes, outro que não age desta forma e aí o próprio sistema de REDESIM já comunica o município se aquela empresa abriu ou deixou de abrir ou fechou no município dele. Outros ganhos importantes: redução da informalidade, adequação da Lei de Regência, otimização de recursos financeiros e humanos, processo operacional, apoio na racionalização, na fiscalização, que o município sabe onde estão as empresas que estão em tempo real, aumento da arrecadação e o desenvolvimento da economia local.

Aqui a gente encerra, salvo alguns resultados agora a parte de apresentação, mais alguns resultados, Rondônia tem 05 órgãos estaduais, 52 municípios integrados a REDESIM, junto com o Alagoas que está 100% integrado. Nosso tempo de processo, a Junta Comercial mais célere do Brasil, nós temos 92,5% dos nossos processos feitos, registrados em até uma hora, as empresas que abrem, alteram o baixam em até

uma hora, nosso tempo médio desde a consulta prévia até o alvará provisório de 04 horas, levando em consideração que a gente considera tempo para fins desse cálculo de tempo médio, inclusive, a noite, ou seja, todo horário noturno onde os órgãos não trabalham; Rondônia hoje é o primeiro a colocar no ranking nacional de integração, ranking já atualizado agora de fevereiro de 2019, Rondônia continua desde quando finalizou a implantação da REDESIM lá em 2016, maio, junho de 2016, julho quando entrou a SEDAM, somos os primeiros colocados no ranking, durante algum tempo dividimos a primeira colocação com o Estado do Alagoas e hoje somos isolados, de forma isolada, o primeiro colocado no ranking nacional. Criaram até um conceito diferente, era até conceito A, hoje existe o conceito A mais justamente por conta disso. A indicação da Federação das Juntas Comerciais para que Rondônia represente também o Brasil no Doing business para a gente conseguir melhorar essa nossa visibilidade para fora, acho uma coisa importante, o Estado da região norte, quem imaginaria, Rondônia 52 municípios, pequenininho aí; mas, hoje ser visto de uma forma muito positiva, uma forma que pode melhorar o Brasil no cenário nacional, a gente fica muito orgulhoso do trabalho, das parcerias, nós citamos todos os parceiros aqui, parceiros muitos importantes, também são parceiros da gente, as Entidades de Classe, CRC, o CRA são várias entidades que trabalham com a gente, é um projeto tão grandioso que foi levado a todos os municípios, não podia ser diferente, a gente tem vários parceiros que ajudam a gente nesse processo; fazer, a gente não tem dinheiro para fazer, mas, a gente se alia com quem pode nos ajudar a fazer, acho isso muito importante, dinheiro não é, não é, vamos dizer assim, empecilho nenhum para quem quer fazer as coisas, a gente tem que reinventar e ter muita força de vontade para fazer as coisas, eu acho que isso é o grande diferencial do que

foi feito aqui em Rondônia, em relação aos outros Estados. O pessoal às vezes vem São Paulo, o pessoal do próprio Paraná, onde foi à primeira vez, vê o processo. Mas como é que vocês conseguiram fazer isso? Eu acho que a força de vontade de todos esses órgãos e aquele negócio de que juntos somos fortes, e todos esses órgãos que se aliaram para fazer a diferença, eu acho que foi o mais importante nesse processo. Ferramentas, outros quatorze Estados, têm a mesma ferramenta, mas, a gente conseguiu fazer diferente. Meu muito obrigado a todos, tenham um bom dia.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Parabéns. Se tudo que fosse governamental estivesse nessa linha de funcionamento, eu digo a saúde, educação, o próprio sistema de tramitação de processo de servidores dentro do próprio CPA, que atrasa a vida do servidor, o Governador Daniel Pereira, inclusive trabalhou um sistema para acelerar isso, a gente teria uma agilidade no serviço público muito bom para a população.

Quero registrar a presença do Senhor Francisco Holanda, Diretor da FECOMÉRCIO, e Conselheiro do SEBRAE. Eu gostaria de devolver a fala aqui ao Marcelo Thomé, ele vai fazer uma breve explanação a respeito do Sistema S, hoje a gente tem certa preocupação em relação a isso, existem opiniões do Governo Federal sobre o possível fim do Sistema S, e existem também dentro do Governo Federal posições contrárias, e é importante, a gente também se preocupar com isso, a gente sabe a importância que tem o Sistema S, no suporte técnico para as empresas, na capacitação dos cidadãos, dos jovens ao mercado de trabalho. Eu gostaria que ele desse uma rápida palavra a respeito.

O SR. MARCELO THOMÉ - Obrigado Deputado Anderson. Rapidamente, eu fui pego de surpresa aqui com essa missão. Em 1938, empresários industriais perceberam a necessidade de se organizarem para desenvolver o setor secundário, ou seja, a indústria brasileira, empresários como Roberto Simonsen, Horácio Lafer, Euvaldo Logi. Então, em 1938, criaram a Confederação Nacional da Indústria, e a partir dessa iniciativa em 1942, criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, e de onde nasceu? Ou porque nasceu o SENAI? Para formar mão de obra para uma indústria que começava a se desenvolver durante o período da guerra, havia uma pressão sobre o Brasil, para produzir material bélico e outros produtos manufaturados, e não havia mão de obra, afinal de contas o Brasil era bastante desenvolvido no setor do agronegócio, mas, muito pouco desenvolvido no setor industrial. Então, o SENAI, nasceu com a iniciativa, pela iniciativa de empresários para formação de mão de obra para a indústria. Depois surgiu o Serviço Social da Indústria, para dar atendimento, oferecer atendimento aos filhos, aos dependentes dos empregados da indústria. Muito bem, esse modelo viveu durante muitos anos, outros serviços foram criados depois disso, do comércio enfim. Em 1988, com a Constituição de 88, organizou-se principalmente a questão da personalidade jurídica dessas entidades, o artigo 240, que cria então os serviços sociais autônomos reconhecendo o papel determinante dessas entidades no desenvolvimento econômico brasileiro e principalmente garantindo ou legitimando a forma de financiamento dessas entidades. Então, não só a Constituição como a decisão do Supremo Tribunal Federal, convalida a forma como hoje é custeado, como são custeados os serviços sociais autônomos. Bom, serviços sociais autônomos leiam-se Sistema S. Sistema S, hoje é composto por inúmeras entidades como todo o conjunto de entidade da Confederação Nacional da Indústria, que é a

própria CNI, o SENAI, o SESI e o IEL, eles atuam no setor secundário que é a indústria, no setor primário tem a Confederação Nacional da Agricultura, com as entidades análogas, no setor terciário, temos aqui o representante Francisco Holanda, que é a Confederação Nacional do Comércio com o SESC, SENAC. Todas as Confederações são organizadas em federações estaduais, então, a entidade de grau superior nacional, são as Confederações. Em nível estadual, nós temos as Federações, e a base de toda essa estrutura são os sindicatos. No caso da indústria, são mais de mil sindicatos industriais patronais que dão suporte as federações consequentemente a confederação. O SEBRAE é uma das entidades que compõem o Sistema S, nós temos duas públicas que é APECS e ABDI, são entidades de gestão pública financiadas com recursos privados. E é importante esse destaque Deputado, por quê? Por que o modelo que foi criado desde 1942, é dinheiro privado recolhido pelo Governo, mas, com gestão privada, são empresários brasileiros que voluntariamente se dispõem a gerir essas entidades sem qualquer remuneração, sem qualquer remuneração. Alguns números e aí eu posso falar pelo SENAI e pelo SESI. Ano passado, o SENAI/RO, teve dez mil matrículas no Estado de Rondônia, nós pudemos formar e capacitar 10 mil rondonienses em 2018, essa foi a contribuição do SENAI/RO para o Estado de Rondônia, isso é feito com dinheiro privado devolvido às empresas, e o mais importante, Deputado, aí que eu acho que é absolutamente pertinente a essa discussão, as empresas, os pequenos negócios são isentos de contribuir, ou melhor, os que são optantes pelo Simples, MEI não paga contribuição para o Sistema S, micro e pequenas empresas não pagam contribuição para o Sistema S, mas, são as maiores beneficiárias de todos os serviços prestados pelo SENAI, pelo SESC, pelo SENAC, pelo SEBRAE, não existe melhor transferência de

renda e aí a gente está falando de capacitação de empresários, a gente está falando de formação profissional, a gente está falando de educação básica, saúde e segurança no trabalho que é promovido pelo Brasil buscando recursos nas maiores empresas, transferindo esse recurso para o Sistema S e devolvendo aos pequenos negócios serviços de capacitação, sem qualquer custo muitas vezes para as empresas. Dependendo do programa, 80, 90 ou até mesmo 100% de fomento é dado aos pequenos negócios em capacitações, formações e projetos de requalificação. Um programa exitoso que o SEBRAE tem chamado SEBRAETEC que também trabalha o desenvolvimento das empresas, alguns desses programas estão sendo executados pelo SENAI, trazem um enorme ganho de produtividade para as indústrias, para as empresas que participam desse processo. O Samuel pode falar em maior detalhe sobre isso. O que é importante deixar claro, Deputado, o papel, a função social que o Sistema S desempenha em especial no que se avizinha como retomada do crescimento econômico haverá uma enorme pressão por mão de obra qualificada para atender uma indústria que vai crescer, um comércio que vai se desenvolver e áreas de serviços que vão se desenvolver, quem vai fornecer essa mão de obra? Quem vai fornecer essa mão de obra?

Em 2014, o SENAI teve três milhões e oitocentos mil matrículas em todo o Brasil, é reconhecida pela ONU como a maior entidade de formação profissional do hemisfério Sul do planeta, está entre as três maiores entidades de formação profissional e qualificação profissional do planeta, eu acho que mais do que nunca o Brasil vai precisar do Sistema S no processo de retomada econômica, o que a gente precisa, são políticas de fortalecimento do Sistema S. É óbvio que se discute questões de governança, de Compliance em relação ao Sistema e suas entidades, isso é legítimo, não é por menos que no caso da indústria 100%

das federações adotaram, assumiram compromisso com o Tribunal de Contas da União de 100% de transparência, e é isso que nós temos. Todas as informações da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia estão no site, no Portal, podem buscar, e assim estão de todas as federações industriais do Brasil inteiro, inclusive, da Confederação Nacional da Indústria.

Há que se discutir uma melhor governança no processo? Sem dúvida. Em todas as esferas, em todas as entidades brasileiras há que se discutir essa governança, no entanto, não se pode questionar ou não se deve questionar o papel desempenhado pelas entidades que compõem o Sistema S em apoio ao desenvolvimento econômico do Brasil, a saúde de qualidade do trabalhador, a formação de mão de obra e cidadania neste País. O SENAI promove através dos seus cursos o principal programa de mobilidade social deste País, o menino da favela, o menino sem nenhuma condição que faz um curso no SENAI tem a possibilidade de se empregar numa indústria, não é por menos que mais de 70% dos egressos do SENAI estão empregados na indústria brasileira. Então, são pequenos números aqui Deputado, não me preparei para isso, mas simplesmente para reafirmar o compromisso do Sistema S e aí falo em nome da indústria, da Confederação Nacional da Indústria, da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, do Sesi, do SENAI, em promover desenvolvimento econômico, fortalecimento das empresas e construção de cidadania. Obrigado pela oportunidade, Deputado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - A gente vai ampliar mais esse debate, é um debate muito profundo e merece uma atenção especial, com certeza, de todos nós.

Vamos ouvir a segunda palestrante, a Silane Guedes, Gerente Estadual de Políticas Públicas do SEBRAE.

A SRA. SILANE GUEDES - Bom dia a todos. Em nome do Presidente Deputado Anderson Pereira eu quero cumprimentar as demais autoridades da Mesa; em nome da nossa querida Joana Joanora, quero cumprimentar os empresários que nos assistem pelo Estado, e em nome aqui do nosso Diretor Administrativo Financeiro Carlos Berti eu quero cumprimentar os contadores também que nos assistem nos quatro rincões de Rondônia.

Presidente, o senhor foi muito feliz em promover este debate, há muito tempo nós não tínhamos algo parecido aqui para defender os interesses da micro e pequena empresa que são as maiores geradoras de emprego no País.

Eu vou falar sobre a Lei 123 o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, mas, eu quero dizer que ela é uma complementada da Constituição Federal, que nos seus artigos 170 e 179, garante um privilégio e uma diferenciação no tratamento das micro e pequenas empresas nacionais.

Se alguém tem dúvida da importância da micro e pequena empresa e dos empreendedores em geral, eu coloco uma reflexão. Desde as cadeiras que nós estamos sentados aqui hoje, ao microfone, todo este espaço tem recurso gerado pelos nossos produtores rurais, pelas micro e pequenas empresas e também pelo setor produtivo em geral.

A Lei nº 123 ela promove o desenvolvimento econômico, regional de forma sustentável gerando emprego e gerando renda, que traz qualidade de vida para a população, aumento na arrecadação, municipal, estadual e federal. E o que nós precisamos fazer? Nós precisamos proteger os micros e

pequenos negócios, nós protegendo os micros e pequenos negócios, criando um ambiente favorável para que eles, aquelas pessoas que têm uma pequena ideia transforme em grandes empresas, é o que a gente cumpre o nosso papel como entidade e como Parlamentar, como Governantes do nosso Estado.

Nós temos alguns números de quantos são, por isso eu falo porque o Deputado foi muito feliz em promover esta discussão. Nós hoje temos 121.400 empresas em Rondônia, registradas na Junta Comercial e isso prova que é uma excelente causa a gente discutir e tornar esse ambiente de negócio mais justo, mais favorável.

Como que essas empresas contribuem? Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o CAGED, a micro e pequenas empresas são responsáveis, Presidente, por 99.4% dos empregos em 2018. Acredito que em 2019, isso não vá ser diferente. Enquanto as médias e grandes empresas apresentaram uma queda de 92% de empregos em relação a 2017. Como que a Lei Geral faz esse desenvolvimento? Então eu relacionei aqui alguns dos pontos-chave que a Lei Geral cria, um ambiente favorável para que os negócios nasçam e cresçam. Nós temos uns índices que as empresas quebram no seu segundo, terceiro ano, e nós, enquanto autoridade, temos a obrigação de criarmos um ambiente que minimize este drástico número de empresas que acabam abrindo falência.

Então alguns pontos aqui que a Lei Geral da micro e pequena empresa pode contribuir: Ela possibilita a criação de uma governança entre poderes através do Comitê de Gestor Nacional, Estadual e Municipal, além de subsidiar, Presidente, as discussões das frentes parlamentares que hoje é o que me traz aqui hoje, que a gente quer fomentar que o Estado se organize e tenha uma governança, para que leis, projetos de leis que cheguem aqui nesta Casa sejam

aprovados, porque ele vai favorecer a micro e pequena empresa que automaticamente dá qualidade de vida a população. A Lei exige a desburocratização dos processos, torna obrigatória a priorização dos pequenos negócios nas compras públicas em todos os certames, garante acesso facilitado ao crédito para pequenos negócios; garante acesso a justiça de forma simplificada, traz facilidade para o associativismo e o cooperativismo, que é muito importante nos dias de hoje; garante também a unificação da entrada de documentos empresariais, que é o que o nosso colega Éder já explanou; ela prevê o alvará provisório, a reclassificação de riscos de atividades e dos riscos que devem ser dispensados da vistoria prévia, que são 95% dos negócios; ela traz a redução do tempo de abertura de empresa; ela prevê a licitação exclusiva para micro e pequena empresa local e regional; exige a subcontratação da micro e pequena empresa por empresa de médio e grande porte, que tenham ganho algum certame licitatório; garante que a MPE tenha uma nova proposta para desempate em disputa, quando ela está ali disputando licitação com grandes empresas, ela pode apresentar aí uma nova proposta; mesmo que a empresa tenha problemas fiscais, ela garante um prazo de regularização após a licitação; a Lei também traz benefícios no pagamentos dos pequenos negócios que deverão ocorrer em até 30 dias, então aquelas empresas que ainda acham que o órgão público pode passar aquele colega na frente para pagamento, hoje além de uma fiscalização intensa do Tribunal de Contas, a Lei Geral, ela garante que a micro e pequena empresa tenha prioridade nestes pagamentos; ela concede alvará de funcionamento em residências e em áreas desprovidas de regularização fundiária. Deputado, isso aqui é algo muito sério, porque o nosso Estado de Rondônia, ele é pouco, é aquém da regularização fundiária, embora muito já se tenha feito. E

isso é uma das coisas que impactam na micro e pequena empresa, porque se o município não regularizou as suas áreas a empresa muitas vezes fica privada de abrir o seu negócio em determinados endereços. Isso infelizmente em Rondônia ainda vem acontecendo. Nós temos que propagar que isso é um direito constituído na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, e que municípios de Rondônia, municípios do Brasil não podem privar uma empresa de abrir em uma área que não tem regularização fundiária e nem privar micro e pequena empresa de funcionar nas suas residências. Bem como, Presidente, esse IPTU dessa empresa que funciona na residência, também não pode sofrer ajuste. Tem que continuar como valor de IPTU residencial. Traz a fiscalização orientadora com critério da dupla visita. Nós, hoje ainda, Presidente, precisamos que todos os Parlamentares abracem essa causa, por isso, justifica a criação dessa frente parlamentar, que as empresas de pequeno porte recebam duas visitas antes de serem multadas, porque muitas vezes o fiscal não obedece esse critério que a lei já garante e isso faz com que feche portas de pequenas empresas, que desemprega e esse não é o momento. Nós não temos mais condições de permitir que isso ainda aconteça em nossos municípios e por isso nós precisamos unir forças para defender a micro e pequenas empresas. Ela permite também, é um direito da empresa à baixa, mesmo com débito tributário. E, infelizmente, volto a afirmar, em Rondônia ainda temos municípios que falam para o empresário que ele não pode baixar a empresa dele e ele fica gerando débitos ao longo dos anos. É um direito garantido pela lei, Presidente, desde 2006. Desde 2006, esse direito, o empresário de pequena empresa já tem e nós ainda encontramos, hoje, alguns empresários que estão sendo cerceados do seu direito.

Temos a dispensa do Habite-se para o MEI, isso aqui é a Lei 128/2008, ela prevê e institui a nota fiscal simplificada. Aqui eu quero parabenizar o município de Porto Velho, que na semana retrasada conseguiu já disponibilizar nota simplificada até para o microempreendedor.

Deputado, é assim que faremos os pequenos negócios decolarem na região e assim que nós vamos trazer benefícios para a sociedade, como emprego, renda e aumento de arrecadação. A receita, a Lei Geral traz no seu manual, não tem segredo, não temos que reinventar a roda. Nós temos simplesmente que garantir com que os direitos do pequeno empresário, da pequena empresa sejam respeitados.

Eu quero deixar aqui, no final da minha fala, um convite especial para todos os presentes, para participarem no dia 02.04 do Prêmio Prefeito Empreendedor, que vai acontecer no auditório do IFRO, às 19:00 horas. Obrigada.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente)- Parabéns. A gente tem mais três inscrições aqui. O Antônio Carlos, Coordenador da Receita Estadual. Com a palavra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO - Bom dia a todos. É com satisfação que a Administração da Receita Estadual, administração tributária, se faz presente aqui nesta Casa. Cumprimentar, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson, a todos os presentes, bem como o Presidente desta Casa que está ausente. Cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Ex-Governador Daniel Pereira, que tem o respeito de todos os presentes, isso é uma unanimidade. E dizer que na fala inicial do Deputado, ele falou sobre a

expressão "continuidade". Nós temos aí uma evolução tecnológica que é inegável em todas as áreas, mas, a continuidade, significando agregação de valor no que vinha sendo feito para continuar a melhoria, é um valor que eu reconheço como a palavra bem oportuna. E a administração estadual; recebemos a missão através do nosso Secretário, do Governador Marcos Rocha, de promover uma continuidade na administração tributária, que represente não apenas a melhoria, mas que represente a criação de um ambiente facilitado, não só para o pequeno empreendedor, para o médio, para o grande empreendedor, para todo o ambiente econômico do Estado de Rondônia, permitindo que a gente não tenha saltos na economia que vise a tornar um ambiente econômico deprimido. E nessa linha, nós temos como valor, na Receita Estadual, a importância do crescimento dos pequenos negócios. Para termos uma ideia, em relação ao ano de 2017, nós tivemos um crescimento de 40% no número de microempreendedores individuais, enquanto que o Simples Nacional foi apenas na ordem de 20%. A gente vê que há um movimento de esperança que o Poder Público não pode se furtar a tentar ajudar. Já em 2019, aumentamos 12%, contribuintes ativos. No total, entre microempresários individuais e Simples Nacional, nós temos 39.322, posição de hoje. Sendo que disso, 24 mil são de microempreendedores. Isso sinaliza para a gente, que muita gente quer trabalhar e quer condições para isso, ainda têm essa esperança. A colega do SEBRAE colocou também um número espantoso de registros de 121 mil, e nós temos 40 mil ativos. É para a gente ter uma reflexão de qual é o ambiente econômico que está fazendo com que haja esse cancelamento acumulado ao longo do tempo. E para ser prático, que o colega Amarildo ainda está inscrito, vai entrar com mais detalhe sobre esse ambiente de esperanças, nós já tivemos conversas com o SEBRAE, temos negociações

entabuladas com as prefeituras, com os demais órgãos de registros porque como foi colocado pelos palestrantes anteriores, não é apenas você abrir a empresa, mas, se a Prefeitura não facilitar, se a SEDAM não facilitar, se o SEBRAE não educar, o Conselho de Contabilidade teve duas rodadas na Administração Tributária também está disposto a ajudar e nós temos que sair a campo. Nós pretendemos fazer algumas experiências, já conversei com os assessores do SEBRAE, de pegar nossa Van, lotar aqui a Van do SEBRAE e juntar a Escola do Legislativo, juntar todas as forças interessadas, descemos pra lá para depois da Mamoré, nas ruas que não são as principais, e fazemos alguns dias de campo como laboratório, para preparação da semana do Micro Empreendedor Individual que é maio não é? O Daniel Pereira já sinalizou e a gente ver qual é a necessidade prática na rua, desses empreendedores que estão sem inscrição, comprando ali no CPF, sujeito a uma fiscalização que eu já adianto aqui para esta Casa, viu Deputado, sujeitos, pequenos empreendedores que estiveram legalizados, não estão mais, e outros que estão lá, mas, levantaram suas vendas, seus comércios, mas, estão em todos os rincões do Estado de Rondônia, trabalhando, sujeitos a reclamações daquele que está inscrito quando fala que aquela concorrência é desleal, mas, ele também não tem às vezes aquele acesso à tecnologia para ele fazer online, então nós temos que ir lá, fazer essa regularização, acompanhar durante um ano aquelas palestras do SEBRAE, o Conselho de Contabilidade. A Resolução do Comitê Gestor no artigo 6º, ela estabelece que a primeira inscrição sendo feita por escritórios ou pelas entidades de classe, permite que sejam feitos acordos nos poderes estaduais, federais, entidades de classe para até apresentar os demonstrativos no primeiro ano, para os órgãos de controle. Eu acredito que muita gente fecha porque não tem a menor noção de como apresentar

seus demonstrativos, e, isso aí é grave e nós temos aí 80 mil que não estão mais no radar porque não estão inscritos e uma grande parte que está fazendo suas compras via internet para revender, ali no Macro, no Atacadão, agregando valor como os palestrantes bem colocaram. Esse valor, essa agregação, ela também entra no cofre dele, mas, ele não tem a noção de separar o fluxo de caixa do pequeno negócio, da necessidade das suas contas particulares e a gente, vou falar de uma forma prática, é isso que faz às vezes com que o negócio venha a não ter êxito, e nós temos que somar forças para garantir que o pequeno, ele vai até 81 mil o faturamento, daqui a pouco queremos que ele cresça 360. Queremos que ele chegue a três milhões e seiscentos e que ele chegue um dia ao regime normal, que ele ganhe acima de três mil e seiscentos. Para você ter uma ideia, para nós termos uma ideia, hoje nós temos dez mil e trezentas empresas do regime normal, são as que estão do lucro presumido, do lucro real, as que pagam tributo pela apuração e nós temos aí quarenta mil, ou seja, um número expressivo de pequenos negócios. Então nós temos que manter os grandes e ajudar os pequenos, porque os municípios perdem se nós não estivermos regulamentando e como perdem. Todo município recebe o seu repasse em função da riqueza de sua região; é medida pela produção ambiental, pela área, pela população e também pelo valor adicionado financeiro. Quando eu tenho um pequeno negócio que sai do radar dos poderes, ou seja, ele além de ter todas as variáveis que pode fazer com que ele feche, ele deixa de trazer para o município a cota-parte. Então você tem um pequeno município, eu trabalhei por muitos anos no Candeias do Jamari, e naquele município nós não fizemos a caça às bruxas, nós pedíamos ao pequeno produtor que ele emitisse sua notinha, pedia para a regularização e aquela receita ela surgiu na época, ela subiu em torno de trezentos

mil/mês o repasse para quase um milhão. Então esse ambiente de preocupação com o pequeno ele é virtuoso para toda a economia e a receita estadual, vocês podem acreditar, nós vamos mudar esse modelo e, inclusive, facilitando em relação às obrigações tributárias, tirando o medo do fisco opressor em cima do ambiente de negócios. O Governador Marcos Rocha em breve vai anunciar medidas muito boas para o ambiente de negócio de Rondônia, que vão contribuir muito para que a gente tenha esse ânimo de empreender e de regularizar; mas, a parte de regularização, eu quero dizer para esta Casa, que a Receita Estadual, ela vai entrar nessa era que o modelo antigo de você ser apenas o órgão a ser temido, isso acabou. Não estou colocando, nenhum senão sobre como vinha à administração tributária, mas agregando um olhar para um novo tempo onde nós não temos mais condições de ter um contencioso como o valor maior. Eu tiro, você faz uma curva no sinal ali, por exemplo, do Shopping, passou, o carro está estacionado aqui, passou uma roda, passou um pouquinho aqui, eu recebi uma multa em casa, uma roda; eu vi o guarda lá, mas, veja bem, isso não traz para aquele ambiente uma virtude. Se eu tivesse recebido um aviso: olhe, fique atento porque da próxima vez, passou uma roda, é outra coisa, você já muda a percepção do contencioso, da cobrança, da fiscalização e esse olhar da fiscalização, é estritamente voltado para a multa para a repressão, nós queremos a parceria da Assembleia, dos Deputados, das Entidades de Classe para a gente conscientizar para que haja esse caminho de mudança do modelo e agradecer ao convite do Deputado para que o Fisco Estadual tivesse presente e dizer que nós estamos aberto a todas as Entidades como o Conselho já esteve lá, às demais Associações, os Empresários, na conjunção desse ambiente econômico favorável ao negócio na Receita Estadual. Obrigado e bom dia a todos.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Parabéns pela fala.

A nossa preocupação principal aqui é a Receita Estadual, a nossa Receita, porque não tem como melhorar serviço público melhorar saúde, conceder reajuste de classe se a receita cair.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO - Perfeito.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - E eu tenho certeza que esses discursos de campanha iludiu alguns, mas, não me iludiu. Eu sei que a gente tem que cuidar, e, a gente está entrando num ciclo de Rondônia muito preocupado, estou preocupado com esse ciclo que a gente pode entrar, pode ser favorável, mas, vai depender da gestão, por isso que é importante a gente discutir essas questões todas antes de qualquer coisa acontecer para que Rondônia não entre numa crise no momento que a gente vê o País num momento favorável, pelo menos, até então está no momento favorável, pode ser que amanhã ou depois mude, mas, até o momento está no momento favorável e é importante essa preocupação de todos nós, os entes envolvidos.

Eu quero ouvir também o Sr. Amarildo Ibiapina, Gerente de Tributação da Receita Estadual.

O SR. AMARILDO IBIAPINA - Bom dia a todos! Eu cumprimento à Mesa em nome do Deputado e dizer da importância desta reunião, repetiria o que disseram, mas, realmente ela é de fundamental importância.

A nossa área de fiscalização nós pretendemos, continuando na fala do nosso Coordenador, mudar a chave. Nós temos que sair do Fisco Coercitivo para o Fisco Preventivo.

O Fisco tem que sair do Fisco que multa para o Fisco que orienta e que esclarece. O contribuinte não pode ir ao Fisco pedir esclarecimento e sair autuado; ele tem que sair orientado. E como fazer isso? Incentivando as autorregularização. Então, aqui já feito um sistema nosso que vai criar alerta para as empresas dizendo para elas os erros que elas cometeram e permitindo que elas se corrijam sem ter nenhum tipo de autuação. Se aqueles que corrigiram estariam fora da preocupação dessa autuação. Nós, muitas vezes nesses erros, eles decorrem de um bug de sistema, de um esquecimento, de um erro e não tem nada de dolo nisso. Então, o Fisco vai criar um programa que vai verificar toda escrituração e suas operações e alertar o contribuinte: "olha, você deixou de colocar essa nota; você deixou de fazer isso". Atendido naquele prazo será considerada uma denúncia espontânea. Nós temos que sair do modelo auditoria e multa para o modelo de acompanhamento e monitoramento. Temos que sair da fiscalização que olhava para trás, nós temos que trabalhar numa fiscalização que olha o presente e constrói o futuro, inclusive, por normas preditivas para evitar que o contribuinte erre. Não adianta fiscalizar os 5 anos, cria-se créditos podres, porque ele não vai ter condições de pagar, é preciso acompanhar o seu dia a dia e evitar que ele erre, assim, nós vamos atender a demanda do Deputado de manter, inclusive, um aumento de arrecadação e a médio prazo nós pretendemos classificar os nossos contribuintes para separar as empresas boas daquelas que não querem se manter em conformidade, para tirar a energia e usar apenas naquelas que estão nos desconformes, as empresas boas nós pretendemos dar tratamento diferenciado,

inclusive, no momento, talvez, a longo prazo ele nem precise mais passar na barreira, porque nós já conhecemos tanta, sabemos que ela paga tudo correto, ela passa direto, para eu usar a energia para fiscalizar aqueles que tem problema. E como fazer isso? O que diretrizes devemos trabalhar? Então, definimos que devemos trabalhar com a Simplificação, com a uniformização e padronização, com a desburocratização e com a descentralização.

Simplificação, medida já efetiva, tomada. O produtor rural, ele tinha uma fazenda em qualquer lugar, ele tinha que fazer a sua inscrição e todo o seu andamento na jurisdição daquela fazenda, de plano, ele pode fazer isso em qualquer unidade de atendimento da SEFIN, se ele tiver aqui em Porto Velho, em qualquer local que está. IPVA quando parcelava, se tivesse já com dívida ativa, ele teria que vir em algum local que tivesse PGE para poder fazer o parcelamento. Liberamos. Ele pode fazer isso em qualquer local, basta ele procurar uma unidade de atendimento.

Padronização. Nós temos três grandes eixos, que a é fiscalização, ele faz o lançamento, a tributação na área que lidera; o que cria norma interpreta; e o julgamento aqui no nosso tribunal. Às vezes, a Fiscalização lançava de um jeito, a Tributação, entende de outro e o TAT julga diferente. Então, essa uniformização e padronização, ela é necessária nesses três eixos bem como nas unidades de atendimento. Nós temos 6 delegacias que, às vezes, a empresa é atendida em Vilhena recebe um tratamento, mas, se chegar em Ariquemes ele tem outro. Isso também é um ponto pacífico entre nossa gestão, inclusive, com a participação do nosso delegado que todos devem dar o mesmo atendimento de forma uniformizada e padronizada.

A descentralização com desburocratização, também já tomamos medida nesse sentido, isso já feito. Nós alteramos

as competências, delegamos atribuição para os nossos delegados para facilitar a vida do nosso contribuinte e encurtar o tempo da demanda e a resposta, porque antes, isso teria que vir para central e nós acumularmos processos e não tínhamos condições de atender por falta de pessoa. Agora, soltamos essa descentralização com controle, mas, ele será atendido na sua própria regional. E agora tratando sobre o Simples Nacional, não vou repetir muitas falas muito bem apresentadas, a senhora que fez a palestra anterior. Mas, dizer que o Simples Nacional, essa empresa pequena, ela sempre foi uma preocupação do estado brasileiro, desde, a redação inicial da Constituição, da Constituição Cidadã, a empresa já era indicada para ter um sistema diferenciado. Agora, é lógico, que foi exatamente na Emenda Constitucional 42/2003, que estabeleceu no artigo 56, a obrigação do Estado criar um sistema diferenciado e favorecido de forma e simplificado entender as 3 unidades da Federação. E foi daí que se criou a Lei 143, que hoje é regulamentado pelo Conselho Gestor na Resolução 140. Isso tornou o ambiente, ainda que com dificuldade, mas, isso melhorou, veja a quantidade de empresa de Simples e os seus faturamentos. Nós como fiscalização, nós vemos o Simples Nacional, tanto o MEI quanto a Micro Empresa, eles são os trabalhadores sem direito trabalhista, são os guerreiros da economia, eles têm um ambiente totalmente de concorrência, um dos senhores comentou que ele vende por internet, ele não consegue, é verdade; o consumidor a cada dia mais exigente, querendo um bom produto e um preço baixo e como ele compra pouco, ele não tem poder nenhum de barganha perante o seu fornecedor. Então, ele fica num ambiente de um trabalhador que não tira férias, que trabalha sábado e domingo e que esse cara ainda, eu gostei do nome que ela apresentou; levantou nesses últimos 02 anos, quase 90% do aumento de emprego foi feito por esses guerreiros. De fato,

esse evento é importante, ele é necessário porque o poder público tem que se preocupar com as empresas pequenas, tratando de forma isonômica para poder fazer com que esses, eu repito e gosto de chamá-los assim, esses guerreiros da economia se mantenham no mercado e continue pregando e também arrecadando, daí a necessidade de a gente fazer um processo de regularização que é um projeto da nossa Coordenadoria; mas, não aquela regularização que vai lá para notificar, para dá 30 dias, se não regularizar vai ser multada. Não, nós precisamos de parceiros para ir lá e se ele tiver a cópia do documento, ele já sai dali formalizado, por que às vezes, ele não se formaliza porque não tem instrução para isso e o Fisco não é mais o Fisco repressor e sim o Fisco que colabora e que orienta. E assim encerro a minha fala, obrigado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO - Deputado, o senhor me permite só mais um complemento.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO - Desculpa ter interrompido os aplausos que você ia receber. Eu queria também citar outro número para nossa reflexão. Sempre se fala, quando o colega mostrou o detalhe do modelo da mudança de foco da fiscalização que o Governador vai anunciar em breve o pacote na prática para, não como a carta de intenção, mas, como uma realidade nos primeiros 100 dias de Governo. Mas, a esperança, Deputado, que o senhor colocou que a gente tenha os recursos no caixa, vindo das diversas fontes, tanto do pequeno, como de maior expressão do grande. Eu compartilho com essa preocupação e tenha fé que a descentralização tributária que está hoje na

gestão, nós temos uma vocação muito forte para perseguir sem causar correria, sem causar qualquer sentimento de perseguição do bom empresário, do empresário estabelecido e ao contrário, como o colega explicou, o modelo de multa de auto de infração, ele não será um valor da administração estadual e sim a autorregularização. Para termos uma ideia, hoje nós temos o estoque de cinco bilhões de dívida ativa nominal, com os acréscimos vai a quatorze bilhões. E disso aí, você não tem nem 0,01% que seja do Simples Nacional, nem do MEI, os pequenos não estão nesse lote. Então, ele não é uma parte que tem que ser desprezada na economia, ao contrário, ele tem que ser amparado porque o efeito multiplicador é muito grande. E mesmo o grande que está nesta dívida ativa por conta de cenários econômicos, excesso de rigor, mesmo assim, até para essa dívida ativa nós temos que olhar com carinho para também, que ele não venha fechar as portas, porque o sistema, ele precisa de todo. E queria colocar finalmente mais um desejo nosso que precisaremos da capilaridade da Assembleia, das Entidades de Classe, é que para sobrar o dinheiro para o Governo investir e também ele também ter as obras, ter as demoras que vai fazer com que a economia faça o giro, nós estamos pensando em algumas atitudes de redução de custos que temos que enfrentar, quando o cidadão, o pequeno empreendedor fala que o Governo é grande, em três meses de gestão agora, eu vou citar um caso: Nova Brasilândia, nós temos uma sede de uma agência de rendas com oito salas e mais uma casa atrás, para um servidor; um servidor, agora a gente imagina uma casa de oito quartos mais uma edícula para um servidor da Receita Estadual, enquanto que na mesma cidade, o IDARON, ele paga aluguel e nós temos lá cidade, DETRAN, temos Agricultura, nós devemos ter Emater. Então, um dos projetos que será feito essa gestão, é a gente tentar fazer um modelo aqui do SIAC e Tudo Aqui, e precisaremos do apoio

de todos os órgãos da Assembleia, de todos, para que a gente chegue na nossa cidade. Ariquemes, a gente paga aluguel de sete mil reais, e temos lá um projeto de construção de dois milhões de reais, aí nós temos a necessidade dos hospitais, a necessidade de fomentar a renda dos pequenos agricultores, não tem condições de você gastar dois milhões com a sede administrativa de uma máquina burocrática que precisa aperfeiçoar. O que nós falamos para a nossa delegada de lá? Ela procurar parceria, o Governador já deu apoio para esse projeto, nós estamos conversando, fazendo a análise inicial nos municípios, os delegados estiveram aqui nos nossos vinte e quatro municípios, queremos estender para os cinquenta e dois, parcerias com os prefeitos, e Assembleia faça o pedido que possa ajudar, uma prefeitura que tem uma boa sede, porque nós não podemos treinar o servidor para lá mesmo orientar o produtor e o pequeno para fazer o seu trabalho, mesmo que não tenha o servidor do Fisco, mas, vamos treinar o servidor daquela Prefeitura ou daquela Emater, ou daquele IDARON. E a Assembleia, pode ser um parceiro em fortalecer isso nos canais superiores. Você pega uma sede de Ariquemes, parece que o Tribunal de Contas está saindo de lá, eu não sei tem um espaço ou outro órgão; vamos lá para dentro, nós não vamos gastar dois milhões de reforma de sede. Então, a ideia também da legislação tributária é reduzir custos em todas as localidades do Estado, e fazer com que a presença aumente, fazer modelos como o Tudo Aqui, e como o SIAC.

Eu queria agradecer a oportunidade de nos chamar, e que o senhor acredite que nós como servidores do Estado que o senhor também é, tenha a certeza do nosso propósito com ética, com muita vontade de fazer com que o Estado continue no bom caminho que vem desde a administração do Governador Daniel Pereira.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Eu concordo com a fala do senhor, mas, a gente tem que ter muito cuidado também em relação a essa questão de fechar, remanejar de um lugar para outro, você acaba prejudicando a população. Vou dá um exemplo, ali em Buritis, fecharam lá a unidade de Fisco, tinha um servidor, dois da prefeitura cedidos. Agora a Prefeitura, quem quiser ter acesso ao órgão, tem que ir até Ariquemes, aí vai à Rodovia, a Rodovia, nem existe mais a Rodovia.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO - Desculpa Deputado.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - E ponta do Abunã, o Governo também está anunciando que pode fechar a Unidade CIRETRANS, pode fechar IDARON, tem que ter muito cuidado. Tem que ser feito um estudo detalhado, Vossa Excelência falou, deixa eu falar.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO - Só quero adiantar que, desculpa se eu não fui entendido. A intenção é ampliar, não é fechar.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Não, no sentido ampliar com responsabilidade, porque algumas coisas que a gente está vendo aí, não está sendo feito com responsabilidade, e está prejudicando as pessoas, então, se a gente for querer economizar prejudicando quem já tem um serviço oferecido ruim, aí complica. Então, tem que ser

feito um estudo detalhado, com planejamento, com organização. E a ideia é excelente, que o senhor falou de juntar, quando se for a Brasilândia, tem um órgão lá do IDARON, que paga o aluguel caro, e tem outro órgão que está lá, o pessoal juntar todo mundo, montar as Subsecretarias juntas aí, é interessante, economia de aluguel, de pessoas e melhora inclusive o atendimento. Então, tem que ser com muito cuidado, eu concordo que tem que ser feito, a máquina está muito inchada, tem que desinchá-la, mas, mas também temos que pensar nas pessoas. E hoje o Estado de Rondônia, em algumas situações tem um atendimento público, eu vou dá um exemplo, do DETRAN. A gente tem cinquenta e dois municípios, a gente tem setenta e duas unidades do DETRAN, quer dizer, a gente está muito presente, se for comparar com outros Estados, a realidade é outra, o Amazonas, o Acre, entre outros aí, não chega à metade dos municípios, aqui a gente ultrapassa vinte unidades a mais além da quantidade de municípios, isso é bom diminui as filas, melhor atendimento para o contribuinte, proximidade, ele não precisa se deslocar tanto. Então, tem que ter cuidado nessa questão, e com certeza nós vamos acompanhar isso, fiscalizar isso, para que seja feito da melhor forma, pensando nos dois lados, pensando no serviço público de qualidade, pensando na população e também nesse enxugamento da máquina.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO - Queria anunciar para o senhor que Buritis, ela teve uma descontinuidade como o colega lá foi demitido, o técnico tributário, eu já assinei sexta-feira, o pedido de admissão de um técnico para reabrir lá.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Reabrir? Excelente notícia. Inclusive, eu já estava até solicitando essas informações da SEFIN.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO - Lá em Buritis, nós vamos reabrir, porque foi apenas por conta da demissão, e no final do ano pelo período eleitoral, não poderíamos ter feito a contratação, mas, o Secretário Luiz Fernando, já autorizou, já assinei o processo na sexta-feira do SEI, inclusive dois colegas que morreram no interior. O senhor está correto, acolho com carinho, mas, o que a gente quer é aumentar a capilaridade nos locais que tem e do que não tem. Obrigado, pela sua intervenção.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Boa notícia. Que a gente, inclusive estava preparando um requerimento solicitando essa informação.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO - O Senhor pode ajudar para que seja agilizado pelo outros órgãos a SEPOG, a Casa Civil, eu agradeço.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Deixa com a gente. Senhor Mac Uilian, Coordenador do PROFAZ, com a palavra, se quiser usar a tribuna também.

O SR. MAC UILIAN - Gostaria inicialmente de cumprimentar Vossa Excelência sua pessoa eu saúdo toda esta Casa Legislativa; cumprimentar a Dra. Joanora, na pessoa da

qual eu saúdo toda a Mesa; cumprimentar a Silane, colega de batalha na qual eu saúdo todos os presentes aqui nesta audiência, e parabenizá-lo, Deputado, pela iniciativa de trazer tão importante tema à baila e ressaltar aqui um número que foi já dito por vários colegas da importância dos pequenos negócios, dos micros e pequenos negócios.

Dados do IPEA mostram que 99% das empresas existentes no País são de micro e pequenas empresas, 54% dos empregos gerados são pelas micro e pequenas empresas. À luz desses números, a gente volta os olhos para essa realidade e devemos nos preocupar cada vez mais em fomentar que essas empresas tenham vida longa em nosso País, o que não tem sido realidade. Infelizmente, hoje o micro e pequeno empreendedor ele abre e logo fecha as portas por falta de condições de um ambiente favorável para que ele dê continuidade ao seu negócio.

Eu venho a esta Casa hoje representando o Programa de Modernização e Governança das Fazendas Públicas Municipais e do Desenvolvimento Econômico e Sustentável dos Municípios que hoje é coordenado pelo Conselheiro Benedito, do Tribunal de Contas, e, por mim e temos feito um esforço, em uma ponta para fortalecer as Fazendas Municipais no sentido de que elas tenham efetividade na sua atuação enquanto arrecadadores de tributos e na outra ponta um esforço de proporcionar que se desenvolva um ambiente favorável a implementação de novos negócios. Quando nós falamos em desenvolvimento econômico sustentável nós estamos trazendo para o debate, para a mesa a questão da desburocratização, a questão do empreendedorismo, a questão ambiental, a questão do desenvolvimento da legislação para que esse movimento ocorra. Num primeiro momento nós atuamos realmente de forma muito forte na legislação tributária, na atualização da legislação tributária, na modernização dos

instrumentos de fiscalização para os municípios para que eles tivessem condições de melhorar sua performance, em menos de um ano e meio nós tivemos um resultado extremamente positivo nessa ponta da atuação do PROFAZ, conseguimos implementar em torno de R\$ 40 milhões de reais a arrecadação de um grupo de municípios, outros precisam melhorar ainda, mas, vamos atuar nesse sentido. Mas, precisamos agora avançar para outra ponta, que é a ponta do desenvolvimento sustentável, temos tido nessa ponta parceiros de primeira hora que têm sido essencial nessa cruzada como é o SEBRAE, como é o caso da JUCER, estamos desenvolvendo conversas com outros parceiros, já conversamos com o Conselho de Contabilidade, conversamos também com o CREA, que é um parceiro essencial para a questão da regularização fundiária que é outro tema também que o senhor, inclusive, tocou agora um pouco mais cedo no assunto e que é de fundamental relevância para que a gente consiga avançar nesse desenvolvimento econômico sustentável proporcionando esse ambiente favorável para abertura de novos negócios e o desenvolvimento como um todo. Não quero me alongar na fala, mas, esse fórum que o colega Antônio Carlos falou de juntar esses vários parceiros que hoje atuam de forma quase que isolada, cada um no seu feudo, cada um com sua expertise, ele existe hoje e é o PROFAZ. O PROFAZ se propõe justamente a colocar esses vários parceiros que atuam, esses vários atores que hoje atuam de forma isolada em um movimento de coordenação para que tenhamos melhores resultados tanto no aspecto da economicidade quanto da eficiência e efetividade das atuações. Este é o grande desafio. É, digamos assim, um movimento novo ainda, é um processo de aprendizado que precisamos desenvolver ainda, mas, já começamos esse movimento, precisamos construir essas pontes, essas parcerias. A Assembleia Legislativa hoje é parceira do

PROFAZ, ela consta dentro do Conselho Diretor do PROFAZ junto com o SEBRAE, junto com o Poder Executivo, junto com o Tribunal de Contas e junto com a Universidade Federal do Estado de Rondônia. Além disso, há outros parceiros, FIERO, Fecomércio, Associações Comerciais, FACER, Embrapa, Idaron, a própria SEFIN, a SEFIN hoje tem dois colaboradores dentro do PROFAZ, o Nicandro e o Francisco Pinto que era Analista de Tributos da Receita Federal do Brasil e que hoje está junto tanto representando a Receita Federal do Brasil quanto a SEFIN dentro do PROFAZ. O grande desafio é integrar esses três níveis de Fazenda, Fazenda Federal, Estadual e Municipal. Hoje isso em nível estadual e municipal está muito próximo de acontecer, já há uma pré-disposição nesse sentido, e tudo isso para que possamos realmente criar um ambiente favorável para o empreendedor, para o micro e pequeno empreendedor. Dito isso me disponho a estar sempre dentro deste diálogo, dentro deste debate. Essa é a palavra que o Conselheiro Benedito pediu para que eu trouxesse a esta Casa de Leis, estamos sempre irmanados nesse caminhar, nesse projeto de trazer o desenvolvimento econômico sustentável para o nosso Estado de Rondônia. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui nesta Casa hoje.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Presidente) - Parabéns pela fala. Eu agradeço aqui a presença de todos, como a gente leu inicialmente aqui no nosso discurso, nós já estamos com um Projeto de Resolução em andamento aqui na Casa para nós criarmos essa Frente Parlamentar para ampliar ainda mais esse debate. É um debate muito amplo que não vai se resumir em uma Audiência Pública, pelo contrário, a gente vai além, buscando mais parceiros e pessoas interessadas nessa discussão e na melhoria desse processo que foi colocado,

inclusive, muito bem pelos senhores, da tramitação das empresas do Estado de Rondônia, do crescimento dessas empresas, de que forma nós vamos melhorar isso e principalmente com a questão tributária, que é o que mais o empresário reclama. E, a gente sabe que se o retorno fosse eficaz, ninguém estaria reclamando. É por que o camarada paga lá o tributo, mas, ele tem que, como acontece no interior do Estado, tem que ajudar o Estado a colocar combustível no trator do DER para poder arrumar a estrada para ele e ele está pagando tributo para ele ter este serviço. Então, é um debate muito amplo, uma discussão que a gente tem que colocar. Tem a questão do Sistema S também, que a gente tem uma preocupação muito grande e que a gente também vai ampliar este debate. Esse processo está em andamento e daqui mais alguns dias a gente já vai ter a composição desta Frente para a gente começar os trabalhos. Obrigado pela presença de todos, todos que se fizeram presentes, o Marcelo Thomé que teve que sair devido à viagem a Brasília, o Presidente da FIERO, o Superintendente da FIERO também, o Gilberto Baptista; o Daniel Pereira nosso ex-governador, Superintendente do SEBRAE que com certeza está contribuindo muito para o crescimento ainda mais do nosso Estado com o suporte e o trabalho que o SEBRAE já faz ao longo dos anos; o senhor Vladmir, Presidente da Junta Comercial do Estado, a JUCER que tem sido aí, se destacado no cenário nacional nessa questão, está sendo exemplo para os grandes Estados, Estados considerados ricos e com certeza essa ideia tem que se ampliar e tem que melhorar não só para Rondônia, mas, para o País, o País crescendo, os Estados crescem juntos e os municípios vão acompanhando. O senhor Coordenador das Microempresas do Estado de Rondônia, senhor Clébio; Maria Regina, Vanderlei, Joana, todos os que participaram destas discussões, desse debate.

Não havendo mais nenhuma discussão, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Obrigado pela presença de todos e uma boa semana.

(Encerra-se esta Audiência às 12h13min)

(Sem revisão dos oradores)